

EDITAL**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA - ALE/RR****PREGÃO ELETRÔNICO N.º: 90009/2026 (SRP)****PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 112/2025****Objeto**

Eventual aquisição de centrais de ar tipo Split Hi-Wall, Split Piso-Teto, Split Cassete, Multi Split Hi-Wall e VRF com unidades internas do tipo Cassete, com tecnologia Inverter, para atender às necessidades da Sede da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR e demais unidades administrativas, tanto na capital quanto no interior.

ABERTURA DO CERTAME**DATA:** 22/06/2026**HORÁRIO:** 09 h e 00 min (horário de Brasília)**SITE:** (www.gov.br/compras)

Havendo divergência entre a especificação do Sistema e a do Edital, prevalecerá a do Edital.

Todas as referências de tempo no Edital, e durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília/DF.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RRsup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO: Nº 112/2025

OBJETO: Eventual aquisição de centrais de ar tipo Split Hi-Wall, Split Piso-Teto, Split Cassete, Multi Split Hi-Wall e VRF com unidades internas do tipo Cassete, com tecnologia Inverter, para atender às necessidades da Sede da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR e demais unidades administrativas, tanto na capital quanto no interior.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 2.359.764,68 (dois milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, setecentos e sessenta e quatro reais e sessenta e oito centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 22/06/2026 às 09 h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR LOTE

MODO DE DISPUTA:

ABERTO E FECHADO.

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

UASG: [926910](#)

SUMÁRIO

1. DO OBJETO
2. DO REGISTRO DE PREÇOS
3. DO CREDENCIAMENTO
4. DA CONVOCAÇÃO/PARTICIPAÇÃO
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
8. DA FASE DE JULGAMENTO
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO
10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA
12. DOS RECURSOS
13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

PREÂMBULO

A Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR por intermédio da Superintendência de Compras, nos termos do art. 51, Resolução Legislativa nº 002/2024, leva ao conhecimento dos interessados que, na forma do [artigo 28 inciso I](#), da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), [Resolução Legislativa Nº 001/2024](#), [Resolução Legislativa Nº 004/2025](#), e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA** e com critério de julgamento **MENOR PREÇO** por **LOTE**, conforme condições e especificações estabelecidas neste **Edital** e seus **Anexos**.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a eventual aquisição de centrais de ar tipo Split Hi-Wall, Split Piso-Teto, Split Cassete, Multi Split Hi-Wall e VRF com unidades internas do tipo Cassete, com tecnologia Inverter, para atender às necessidades da Sede da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR e demais unidades administrativas, tanto na capital quanto no interior, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. A licitação será realizada “**POR LOTE**”, devendo o licitante oferecer proposta para todos os **itens** que compõem o lote respectivo.

1.3. O valor **estimado** pela Administração para aquisição do objeto deste certame é R\$ 2.359.764,68 (dois milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, setecentos e sessenta e quatro reais e sessenta e oito centavos).

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes ao **Órgão Gerenciador** constam da Minuta de Ata de Registro de Preços.

2.2. É **vedada** a participação do **Órgão** ou **Entidade** em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – **SICAF**, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória pregão, em sua forma eletrônica;

3.2. O cadastro no **SICAF** deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – **ICP** – Brasil;

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão;

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **SICAF** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do sistema para imediato **bloqueio** de acesso.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

4. DA CONVOCAÇÃO/PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no **SICAF** até o (3º) **terceiro dia útil** anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Participação de consórcio de empresas:

4.5.1. Nos termos do [art. 15 da Lei nº 14.133/2021](#), a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser admitida ou vedada pela Administração, desde que a decisão esteja devidamente motivada e fundamentada no processo administrativo.

4.5.2. Considerando as características do objeto, a ampla disponibilidade de fornecedores no mercado, a inexistência de necessidade de conjugação de capacidades empresariais e os princípios da eficiência, economicidade, competitividade e interesse público, fica **vedada** a participação de empresas reunidas em consórcio na presente licitação.

4.6. Do tratamento diferenciado para microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas:

4.6.1. No âmbito desta contratação será assegurada a participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos do [art. 4º da Lei nº 14.133/2021](#), bem como dos [arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006](#), mediante a reserva de até **25%** (vinte e cinco por cento) do quantitativo total do objeto, observada a natureza divisível dos bens e a viabilidade técnica e operacional da medida.

4.6.2. A aplicação do tratamento diferenciado materializa-se por meio da divisão do objeto em cota reservada e ampla concorrência, conforme demonstrado na tabela a seguir, na qual se apresenta a distribuição dos quantitativos entre a cota reservada às ME/EPP e o lote destinado à ampla concorrência, preservando-se a padronização técnica dos equipamentos, a competitividade do certame, a economicidade da contratação e a eficiência administrativa.

LOTE 01 - COTA RESERVADA (ME/EPP)		
ITEM	DESCRIÇÃO - CAPACIDADE (BTUS)	QUANTIDADE
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT HI-WALL		
01	Central de Ar tipo split Hi-wall – 9.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	4 unidades

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

02	Central de Ar tipo split Hi-wall – 12.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	21 unidades
03	Central de Ar tipo split Hi-wall – 18.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	15 unidades
04	Central de Ar tipo split Hi-wall – 24.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	12 unidades
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT PISO-TETO		
05	Central de Ar tipo split Piso-Teto – 30.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	5 unidades
06	Central de Ar tipo split Piso-Teto – 48.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	2 unidades
07	Central de Ar tipo split Piso-Teto – 55.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	3 unidades
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT CASSETE		
08	Central de Ar tipo split Cassete - 12.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	2 unidades
09	Central de Ar tipo split Cassete - 18.000 BTU'S (Condensadora e evaporadora)	2 unidades
10	Central de Ar tipo split Cassete - 22.000 BTU'S (Condensadora e evaporadora)	2 unidades
11	Central de Ar tipo split Cassete - 24.000 BTU'S (Condensadora e evaporadora)	2 unidades
12	Central de Ar tipo split Cassete - 36.000 BTU'S (Condensadora e evaporadora)	2 unidades
13	Central de Ar tipo split Cassete - 55.000 BTU'S (Condensadora e evaporadora)	2 unidades
TOTAL		74 Unidades
LOTE 02 - AMPLA CONCORRÊNCIA		
ITEM	DESCRIÇÃO - CAPACIDADE (BTUS)	QUANTIDADE
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT HI-WALL		
14	Central de Ar tipo split Hi-wall – 9.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	14 unidades
15	Central de Ar tipo split Hi-wall – 12.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	64 unidades
16	Central de Ar tipo split Hi-wall – 18.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	75 unidades
17	Central de Ar tipo split Hi-wall – 24.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	63 unidades
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT PISO-TETO		

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

18	Central de Ar tipo split Piso-Teto – 30.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	15 unidades
19	Central de Ar tipo split Piso-Teto – 48.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	8 unidades
20	Central de Ar tipo split Piso-Teto – 55.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	11 unidades
21	Central de Ar tipo split Piso-Teto – 70.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	3 unidades
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT CASSETTE		
22	Central de Ar tipo split Cassete - 12.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	8 unidades
23	Central de Ar tipo split Cassete - 18.000 BTU'S (Condensadora e evaporadora)	8 unidades
24	Central de Ar tipo split Cassete - 22.000 BTU'S (Condensadora e evaporadora)	8 unidades
25	Central de Ar tipo split Cassete - 24.000 BTU'S (Condensadora e evaporadora)	8 unidades
26	Central de Ar tipo split Cassete - 36.000 BTU'S (Condensadora e evaporadora)	8 unidades
27	Central de Ar tipo split Cassete - 55.000 BTU'S (Condensadora e evaporadora)	8 unidades
CENTRAIS DE AR TIPO MULTI SPLIT HI-WALL		
28	Central de ar Multi Split Hi-Wall 18.000 BTU's (01 condensadora e 02 evaporadoras de 9.000 btus)	2 unidades
29	Central de ar Multi Split Hi-Wall 24.000 BTU's (01 condensadora e 02 evaporadoras de 12.000 btus)	2 unidades
CONJUNTO VRF CASSETTE		
Central de ar-condicionado tipo VRF, capacidade nominal de 10 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 120.000 BTU/h, composta por 01 unidade externa tipo condensadora VRF e 03 unidades internas tipo evaporadora cassete 4 vias, sendo 02 evaporadoras de 36.000 BTU/h e 01 evaporadora de 48.000 BTU/h		
30	EVAPORADORA VRF - tipo cassete de 36.000 BTU/h	2 Unidades
31	EVAPORADORA VRF - tipo cassete de 48.000 BTU/h	1 Unidade
32	CONDENSADORA VRF - unidade externa tipo VRF cassete, capacidade nominal de 10 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 120.000 BTU/h	1 Unidade
CONJUNTO VRF CASSETTE (01 conjunto)		
Central de ar-condicionado tipo VRF, capacidade nominal de 10 TR, equivalente a aproximadamente 120.000 BTU/h, composta por 01 unidade externa tipo condensadora VRF e 06 unidades internas tipo evaporadora cassete 4 vias, sendo 02 evaporadoras de 12.000 BTU/h e 04 evaporadoras de 24.000 BTU/h		

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

33	EVAPORADORA VRF - tipo cassete de 12.000 BTU/h	2 Unidades
34	EVAPORADORA VRF - tipo cassete de 24.000 BTU/h	4 Unidades
35	CONDENSADORA VRF - unidade externa tipo VRF cassete, capacidade nominal de 10 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 120.000 BTU/h	1 Unidade
CONJUNTO VRF CASSETE (01 conjunto) Central de ar-condicionado tipo VRF, capacidade nominal de 15 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 180.000 BTU/h, composta por 01 unidade externa tipo condensadora VRF e 03 unidades internas tipo evaporadora cassete 4 vias, sendo 03 evaporadoras de 60.000 BTU/h		
36	EVAPORADORA VRF - tipo cassete de 60.000 BTU/h	03 Unidades
37	CONDENSADORA VRF - unidade externa tipo VRF cassete, capacidade nominal de 15 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 180.000 BTU/h	01 Unidade
CONJUNTO VRF CASSETE (01 conjunto) Central de ar-condicionado tipo VRF, capacidade nominal de 15 TR, equivalente a aproximadamente 180.000 BTU/h, composta por 01 unidade externa tipo condensadora VRF e 06 unidades internas tipo evaporadora cassete 4 vias, sendo 03 evaporadoras de 36.000 BTU/h e 03 evaporadoras de 24.000 BTU/h		
38	EVAPORADORA VRF - tipo cassete de 24.000 BTU/h	03 Unidades
39	EVAPORADORA VRF - tipo cassete de 36.000 BTU/h	03 Unidades
40	CONDENSADORA VRF - unidade externa tipo VRF cassete, capacidade nominal de 15 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 180.000 BTU/h	01 Unidade
TOTAL EQUIPAMENTOS DE CENTRAIS DE AR		327 Unidades

4.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 4.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);
- 4.7.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 4.7.3. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 4.7.4. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (**cinco por cento**) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 4.7.5. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

4.7.6. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.7.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 1976](#), concorrendo entre si;

4.7.8. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (**cinco**) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.7.9. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, atuando nessa condição;

4.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.8. O impedimento de que trata o item 4.7.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.7.3 e 4.7.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.11. O disposto nos itens 4.7.3 e 4.7.4 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.13. A vedação de que trata o item 4.7.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.14. Para a execução desta contratação, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o **preço**, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para **abertura** da sessão pública.

5.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta de preços, observado o disposto no item 9 deste Edital.

5.3. No **cadastramento** da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo [7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “NÃO” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “NÃO” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.5.3. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

5.5.4. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.5.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de (05) cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.5.6. A não regularização da documentação, no prazo previsto no Item 5.5.5., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Legislação aplicável,

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), a pessoa jurídica:

5.6.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o [inciso II do art. 3º da referida lei](#);

5.6.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de **10%** (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o [inciso II do art. 3º da referida lei](#);

5.6.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. A **falsidade** da declaração de que trata o item 5.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste **Edital**.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu **valor final mínimo** quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de **valores** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

5.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o **valor final mínimo**, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor **final mínimo** parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

5.13. O valor **final mínimo parametrizado** na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotor da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. **Valor unitário do item** (conforme o caso).

6.1.2. Marca (quando solicitado);

6.1.3. Fabricante (quando solicitado);

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do **Termo de Referência**: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.2.1. O licitante **não** poderá oferecer proposta em quantitativo **inferior** ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos lances propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os **preços** ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de **exclusiva** responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. O limite máximo aceitável para a contratação será conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	CATMAT	UND.	QTD.
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT HI-WALL				
01	Central de ar-condicionado, tipo split hi-wall, tecnologia inverter, com capacidade 9.000 BTUs, (condensadora e evaporadora), com coeficiente de energia preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão de 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle da temperatura, fan e time), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor rotativo e sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL-INMETRO de desempenho, garantia mínima do fornecedor de 12 (doze) meses.	458194	Unidade	18

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

02	Central de ar-condicionado, tipo split hi-wall, tecnologia inverter, com capacidade 12.000 BTUs , (condensadora e evaporadora), com coeficiente de energia preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão de 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle da temperatura, fan e time), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor rotativo e sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL-INMETRO de desempenho, garantia mínima do fornecedor de 12 (doze) meses.	458218	Unidade	85
03	Central de ar-condicionado, tipo split hi-wall, tecnologia inverter, com capacidade 18.000 BTUs , (condensadora e evaporadora), com coeficiente de energia preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão de 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle da temperatura, fan e time), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor rotativo e sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL-INMETRO de desempenho, garantia mínima do fornecedor de 12 (doze) meses.	486538	Unidade	90
04	Central de ar-condicionado, tipo split hi-wall, tecnologia inverter, com capacidade 24.000 BTUs , (condensadora e evaporadora), com coeficiente de energia preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão de 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle da temperatura, fan e time), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor rotativo e sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL-INMETRO de desempenho, garantia mínima do fornecedor de 12 (doze) meses.	619109	Unidade	75
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT PISO-TETO				
05	Central de ar-condicionado, tipo split piso-teto, tecnologia inverter, com capacidade 30.000 BTUs , (condensadora e evaporadora), com coeficiente de energia preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão de 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle da temperatura, fan e time), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor rotativo e sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL-INMETRO de desempenho, garantia mínima do fornecedor de 12 (doze) meses.	621109	Unidade	20
06	Central de ar-condicionado, tipo split piso-teto, tecnologia inverter, com capacidade 48.000 BTUs , (condensadora e evaporadora), com coeficiente de energia preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão de 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle da temperatura, fan e time), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor rotativo e sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL-INMETRO de desempenho, garantia mínima do fornecedor de 12 (doze) meses.	459763	Unidade	10

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

07	Central de ar-condicionado, tipo split piso-teto, tecnologia inverter, com capacidade 55.000 BTUs , (condensadora e evaporadora), com coeficiente de energia preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão de 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle da temperatura, fan e time), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor rotativo e sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL-INMETRO de desempenho, garantia mínima do fornecedor de 12 (doze) meses.	630685	Unidade	14
08	Central de ar-condicionado, tipo split piso-teto, tecnologia inverter, com capacidade 70.000 BTUs (condensadora e evaporadora), com coeficiente de energia preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão de 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle da temperatura, fan e time), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor rotativo e sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL-INMETRO de desempenho, garantia mínima do fornecedor de 12 (doze) meses.	293365	Unidade	03
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT CASSETTE				
09	Central de ar-condicionado, tipo cassete, inverter, 1 via , capacidade 12.000 BTUs , (condensadora e evaporadora), com coeficiente de energia preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão de 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle da temperatura, fan e time), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor rotativo e sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL-INMETRO de desempenho, garantia mínima do fornecedor de 12 (doze) meses.	603716	Unidade	10
10	Central de ar-condicionado, tipo cassete, inverter, 1 via , capacidade 18.000 BTUs , (condensadora e evaporadora), com coeficiente de energia preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão de 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle da temperatura, fan e time), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor rotativo e sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL-INMETRO de desempenho, garantia mínima do fornecedor de 12 (doze) meses.	458222	Unidade	10
11	Central de ar-condicionado, tipo cassete, inverter, 1 via , capacidade 22.000 BTUs , (condensadora e evaporadora), com coeficiente de energia preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão de 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle da temperatura, fan e time), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor rotativo e sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL-INMETRO de desempenho, garantia mínima do fornecedor de 12 (doze) meses.	430761	Unidade	10

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

12	Central de ar-condicionado, tipo cassete, inverter, 4 vias , capacidade 24.000 BTUs , (condensadora e evaporadora), com coeficiente de energia preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão de 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle da temperatura, fan e time), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor rotativo e sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL-INMETRO de desempenho, garantia mínima do fornecedor de 12 (doze) meses.	605381	Unidade	10
13	Central de ar-condicionado, tipo cassete, inverter, 4 vias , capacidade 36.000 BTUs , (condensadora e evaporadora), com coeficiente de energia preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão de 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle da temperatura, fan e time), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor rotativo e sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL-INMETRO de desempenho, garantia mínima do fornecedor de 12 (doze) meses.	603721	Unidade	10
14	Central de ar-condicionado, tipo cassete, inverter, 4 vias , capacidade 55.000 BTUs , (condensadora e evaporadora), com coeficiente de energia preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão de 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle da temperatura, fan e time), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor rotativo e sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL-INMETRO de desempenho, garantia mínima do fornecedor de 12 (doze) meses.	632567	Unidade	10
CENTRAIS DE AR TIPO MULTI SPLIT HI - WALL				
15	Central de ar Multi Split Hi-Wall 18.000 BTUs, composta por 01 unidade externa tipo condensadora Multi Split e 02 unidades internas tipo evaporadora Hi-Wall de 9.000 btus, tecnologia Inverter, com coeficiente de energia preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão de 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle da temperatura, fan e time), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor rotativo e sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL-INMETRO de desempenho, garantia mínima do fornecedor de 12 (doze) meses.	13768	Unidade	02
16	Central de ar Multi Split Hi-Wall 24.000 BTUs, composta por 01 unidade externa tipo condensadora Multi Split e 02 unidades internas tipo evaporadora Hi-Wall de 12.000 btus, tecnologia Inverter, com coeficiente de energia preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão de 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle da temperatura, fan e time), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor rotativo e sistema de ventilação com	13768	Unidade	02

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

	múltiplas velocidades, selo PROCEL-INMETRO de desempenho, garantia mínima do fornecedor de 12 (doze) meses.			
CONJUNTO VRF CASSETE				
Central de ar-condicionado tipo VRF, capacidade nominal de 10 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 120.000 BTU/h, composta por 01 unidade externa tipo condensadora VRF e 03 unidades internas tipo evaporadora cassete 4 vias, sendo 02 evaporadoras de 36.000 BTU/h e 01 evaporadora de 48.000 BTU/h, tecnologia Inverter, com coeficiente de eficiência energética preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle de temperatura, ventilação e timer), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor inverter de alta eficiência compatível com tecnologia VRF, sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL/INMETRO de desempenho, painel de controle e gerenciamento do sistema VRF, e garantia mínima do fornecedor de 12 (doze) meses.				
17	EVAPORADORA VRF - tipo cassete de 36.000 BTU/h	631177	Unidade	02
18	EVAPORADORA VRF - tipo cassete de 48.000 BTU/h	631191		01
19	CONDENSADORA VRF - unidade externa tipo VRF cassete, capacidade nominal de 10 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 120.000 BTU/h	631240		01
CONJUNTO VRF CASSETE				
Central de ar-condicionado tipo VRF, capacidade nominal de 10 TR, equivalente a aproximadamente 120.000 BTU/h, composta por 01 unidade externa tipo condensadora VRF e 06 unidades internas tipo evaporadora cassete 4 vias, sendo 02 evaporadoras de 12.000 BTU/h e 04 evaporadoras de 24.000 BTU/h, tecnologia Inverter, coeficiente de eficiência energética preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle de temperatura, ventilação e timer), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor inverter compatível com tecnologia VRF, sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL/INMETRO de desempenho, painel de controle e gerenciamento do sistema VRF, e garantia mínima de 12 (doze) meses.				
20	EVAPORADORA VRF - tipo cassete de 12.000 BTU/h	239806	Unidade	02
21	EVAPORADORA VRF - tipo cassete de 24.000 BTU/h	630882		04
22	CONDENSADORA VRF - unidade externa tipo VRF cassete, capacidade nominal de 10 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 120.000 BTU/h	631240		01
CONJUNTO VRF CASSETE				
Central de ar-condicionado tipo VRF, capacidade nominal de 15 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 180.000 BTU/h, composta por 01 unidade externa tipo condensadora VRF e 03 unidades internas tipo evaporadora cassete 4 vias, sendo 03 evaporadoras de 60.000 BTU/h, tecnologia Inverter, coeficiente de eficiência energética preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle de temperatura, ventilação e timer), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor inverter compatível com tecnologia VRF, sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL/INMETRO de desempenho, painel de controle e gerenciamento do sistema VRF, e garantia				

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

mínima de 12 (doze) meses				
23	EVAPORADORA VRF - tipo cassete de 60.000 BTU/h	631184	Unidade	03
24	CONDENSADORA VRF- unidade externa tipo VRF cassete, capacidade nominal de 15 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 180.000 BTU/h	631242		01
CONJUNTO VRF CASSETTE				
Central de ar-condicionado tipo VRF, capacidade nominal de 15 TR, equivalente a aproximadamente 180.000 BTU/h, composta por 01 unidade externa tipo condensadora VRF e 06 unidades internas tipo evaporadora cassete 4 vias, sendo 03 evaporadoras de 36.000 BTU/h e 03 evaporadoras de 24.000 BTU/h, tecnologia Inverter, coeficiente de eficiência energética preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle de temperatura, ventilação e timer), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor inverter compatível com tecnologia VRF, sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL/INMETRO de desempenho, painel de controle e gerenciamento do sistema VRF, e garantia mínima de 12 (doze) meses.				
25	EVAPORADORA VRF - tipo cassete de 24.000 BTU/h	630882	Unidade	03
26	EVAPORADORA VRF - tipo cassete de 36.000 BTU/h	631177		03
27	CONDENSADORA VRF- unidade externa tipo VRF cassete, capacidade nominal de 15 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 180.000 BTU/h	631242		01
TOTAL DE EQUIPAMENTOS			401	

6.8. Critérios de Aceitação

6.8.1. A aceitação dos equipamentos fornecidos ficará condicionada à verificação do atendimento integral às especificações técnicas, quantitativas e qualitativas estabelecidas no Termo de Referência, bem como às condições de desempenho, integridade e funcionalidade dos itens entregues.

6.8.2. Para fins de aceitação, serão observados, no mínimo, os seguintes critérios:

- Todos os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, sem qualquer tipo de utilização anterior, não reconicionados e em regular linha de fabricação e comercialização no mercado;
- Os equipamentos deverão ser entregues em perfeito estado de conservação, livres de avarias, danos físicos, sujeiras, oxidação, deformações ou quaisquer indícios de uso, armazenamento inadequado ou comprometimento estrutural;
- Todos os componentes dos equipamentos e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, não sendo admitida a utilização de adaptações, improvisações, modificações estruturais, uso de peças não originais ou quaisquer soluções que comprometam a integridade, a segurança, o desempenho ou a vida útil dos equipamentos;
- Nos casos dos sistemas de climatização do tipo VRF e Multi Split, todos os componentes que compõem cada sistema, incluindo unidades evaporadoras, condensadoras, interfaces de controle

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

e demais elementos associados, deverão ser física e logicamente compatíveis entre si, não sendo admitidas adaptações, conversões, integrações forçadas ou quaisquer soluções que comprometam a comunicação entre os equipamentos, a estabilidade operacional, a eficiência do sistema, as condições de garantia ou o pleno funcionamento da solução fornecida;

e) Todos os equipamentos deverão possuir identificação do fabricante e demais elementos que permitam sua rastreabilidade, devendo tais informações estar legíveis, fixadas em local visível e compatíveis com a documentação apresentada;

f) Os equipamentos deverão atender às condições de desempenho e eficiência energética estabelecidas neste Termo de Referência, incluindo requisitos relacionados ao consumo energético, nível de ruído e demais características operacionais exigidas.

6.9. Não serão admitidas subcontratações total ou parcial do objeto, que ficará a cargo da CONTRATADA a integral execução do objeto.

6.10. Devido às características do objeto, fica dispensada a apresentação de amostras, haja vista a desnecessidade prática, cujo único efeito seria restringir a competitividade, em desacordo com os princípios da ampla participação e isonomia.

6.11. Nos termos do [art. 98 da Lei nº 14.133/2021](#), e em observância ao [art. 11, §3º, do Anexo VIII da Resolução Legislativa nº 001/2024 da ALE/RR](#), considerando que o objeto da presente contratação consiste no fornecimento de bens comuns, padronizados, com entrega imediata ou parcelada, e que eventuais prejuízos poderão decorrer do não cumprimento integral das quantidades solicitadas, a CONTRATADA deverá apresentar garantia contratual correspondente a **1%** (um por cento) do valor inicial do contrato, como forma de assegurar a fiel execução das obrigações assumidas.

6.11.1. Para atender a essa finalidade, a CONTRATADA poderá optar livremente pela modalidade de garantia prevista no [art. 96 da Lei nº 14.133/2021](#), observadas as disposições legais aplicáveis, assegurando cobertura integral das obrigações contratuais proporcionais ao valor contratado.

6.11.2. A CONTRATADA deverá apresentar a garantia conforme os dispostos no [art. 96 da Lei nº 14.133/2021](#) e deverá seguir os prazos nele estabelecido, devendo, em qualquer das modalidades apresentar a garantia até o ato de assinatura do contrato.

6.12. Para assegurar o cumprimento de padrões ambientais e de eficiência energética, a CONTRATADA deverá empregar equipamentos que atendam a critérios de sustentabilidade, incluindo durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental, além de atender aos seguintes requisitos:

6.12.1. Observar todas as regras ambientais aplicáveis às atividades potencialmente poluidoras previstas na legislação vigente.

6.12.2. Garantir que os equipamentos possuam aprovação no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) do INMETRO, com comprovação de conformidade por meio da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), afixada ao produto ou à sua embalagem.

6.12.3. Deverá ser assegurada a aquisição de produtos com ENCE de classe “A”, correspondente à maior eficiência energética, admitindo-se, em caráter excepcional, classes inferiores apenas quando as condições de mercado não permitirem a disponibilidade da classe “A”.

6.12.4. Dar-se-á preferência a equipamentos com tecnologia inverter, em razão da comprovada redução no consumo de energia elétrica em comparação a equipamentos sem essa tecnologia.

6.12.5. Garantir que os equipamentos utilizem gases ecológicos no funcionamento, que não emitam clorofluorcarbonos (CFCs), substâncias prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente.

6.13. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.13.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.13.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

6.13.3. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.14. Considerando se tratar de registro de preços (**SRP**), para fins de licitação serão aceitas somente as propostas que cotarem os quantitativos máximos a serem contratados, ficando vedado o cadastro propostas com quantidades mínimas;

6.15. Pela particularidade de o fornecimento ser executado em Boa Vista-RR, ou terem sua origem nesta, fica dispensado a possibilidade de valores distintos/diferentes/variáveis em virtude de sua execução, acrescenta-se que pela natureza do serviço os preços da proposta já condizem com todos os custos.

6.16. Os preços dos bens objeto deste certame são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data limite para apresentação das propostas.

6.16.1. Após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços poderão ser reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, conforme Termo de Referência.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na **data, horário e local** indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão **retirar** ou **substituir** a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances **exclusivamente** por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor** inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,1% (**zero vírgula um por cento**).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de **15 (quinze) segundos** após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o MODO DE DISPUTA ADOTADO.

7.11. Será adotado o modo para o envio de lances na licitação o modo de disputa “**ABERTO e FECHADO**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **quinze minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de **fechamento** iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até **dez minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até **10%** (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de **20%**.

7.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12. Seguindo o modo de disputa adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “**aberto e fechado**”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço e os das propostas até 10% (**dez por cento**) inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.12.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de **20%**.

7.12.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 0, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.12.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.12.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos **5%** (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.12.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a **dez minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.2. O licitante mais bem classificado nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.22.2. empresas brasileiras;

7.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em Lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.6. É facultado ao Pregoeiro **prorrogar** o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a **negociação** do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de **aceitação e julgamento** da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), legislação correlata e no item **4.6** do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. **SICAF**;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - **CEIS**, mando pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – **CNEP**, mando pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às **ME/EPPs**, o **Pregoeiro** verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os ditames Editalícios.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.7. Será **DECLASSIFICADA** a proposta vencedora que:

8.7.1. Contiver vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (**cinquenta por cento**) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

- 8.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de **amostra**, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de **não** aceitação da proposta.
- 8.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o **local** e **horário** de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.14. No caso de não haver entrega da **amostra** ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.15. Caso o Termo de Referência exija **prova de conceito (PoC)**, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado pelo pregoeiro, com antecedência mínima de **10 (dez) dias úteis** da data estabelecida para sua realização, para executá-la, visando aferir o atendimento dos requisitos e funcionalidades mínimas da solução de tecnologia da informação e comunicação, conforme disciplinado no Termo de Referência.
- 8.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a realização da prova de conceito.
- 8.17. A prova de conceito será realizada por equipe técnica designada, responsável pela aferição do atendimento dos itens estabelecidos, e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes, mediante registro formal junto ao pregoeiro.
- 8.18. Todas as despesas decorrentes de participação ou acompanhamento da prova de conceito são de responsabilidade de cada um dos licitantes.
- 8.19. A equipe técnica elaborará relatório com o resultado da prova de conceito, informando se a solução apresentada pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar está ou não de acordo com os requisitos e funcionalidades estabelecidas.
- 8.20. Caso o relatório indique que a solução tecnológica está em conformidade com as especificações exigidas, o licitante será declarado vencedor do processo licitatório e, caso indique a não conformidade, o licitante será desclassificado do processo licitatório.
- 8.21. Caso o relatório indique que a solução foi aprovada com ressalvas, as não conformidades serão listadas e o licitante terá prazo de **3 (três) dias úteis, não prorrogáveis**, a contar da data de ciência do respectivo relatório, para proceder aos ajustes necessários na solução e disponibilizá-la, para a realização de testes complementares, para aferição da correção ou não das inconformidades indicada.
- 8.22. Poderá ser considerada aprovada com ressalva a solução que, embora possua todas as funcionalidades previstas na Prova de Conceito (**PoC**), venha a apresentar falha durante o teste.
- 8.23. Caso o novo relatório indique a não conformidade da solução ajustada às especificações técnicas exigidas, a licitante será desclassificada do processo licitatório.
- 8.24. **Não** será aceita a proposta da licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 8.25. No caso de **desclassificação** do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na **PoC**.
- 8.26. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.1.2. Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação exigidas, respondendo pela veracidade das informações, na forma do [art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021](#).

9.1.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: atualizações de documentos e complementações de informação, na forma do [art. 64, e seus incisos, da Lei nº 14.133/2021](#)

9.1.4. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, e serão feitas consultas de eventual descumprimento das condições de participação especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos cadastros do TCU;

9.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do [artigo 12 da Lei nº 14.230, de 2021](#), que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.6. Apresentar declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as exigências e condições locais para cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme [art. 67, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021](#).

9.2. Habilitação Jurídica;

9.2.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF;

9.2.2. Caso o SICAF não contemple todo o Objeto deste Pregão, encaminhar o Contrato Social, Estatuto, ou documentos pertinentes, emitidos pela Junta Comercial da sede da licitante, que contemple o objeto, para fins de habilitação;

9.2.3. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

9.3.1. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.2. Prova de regularidade com a FAZENDA ESTADUAL, devidamente atualizada;

9.3.3. Prova de regularidade com a FAZENDA MUNICIPAL, devidamente atualizada;

9.3.4. Comprovação de regularidade com a FAZENDA FEDERAL, através da apresentação da CERTIDÃO DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, devidamente atualizada;

9.3.5. Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, conforme alínea "a" do artigo 27 da [Lei nº. 8.036/90](#), devidamente atualizado;

9.3.6. Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, conforme [Lei nº. 12.440/11](#), devidamente atualizada;

9.3.7. Declaração que cumpre o disposto no inciso [XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).

9.3.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

9.3.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual ou Municipal* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.3.10. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n.º 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.4. Qualificação econômico-financeira:

9.4.1. Certidão Negativa de Falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica há menos de 90 (noventa) dias da data para a apresentação da documentação, exceto quando dela constar o prazo de validade;

9.4.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do [art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005](#), sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.4.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} &\text{a) Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo:} \\ &\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ &\text{b) Ativo Total} \\ &\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ &\text{c) Ativo Circulante} \\ &\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

9.4.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.4.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.5. Qualificação Técnica-operacional

9.5.1. A comprovação de aptidão para desempenho do objeto licitado, em características técnicas similares ou equivalentes ao objeto do Termo de Referência, que dar-se-á por intermédio de atestado(s) ou declaração(ões) em nome do licitante, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem experiência anterior pertinente;

9.5.2. Para fins de comprovação, deverão ser observados os seguintes critérios:

- a) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- b) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;
- c) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias para comprovar a veracidade e a

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

legitimidade dos atestados apresentados, comprometendo-se a apresentar, sempre que solicitado pela Administração, entre outros documentos pertinentes, cópia do contrato que fundamentou a prestação dos serviços, o endereço atualizado da contratante e a indicação do local onde os serviços foram efetivamente executados;

d) Serão aceitas as somatórias de atestados para fins de comprovação dos limites exigidos.

9.5.3. Os atestados apresentados deverão conter, no mínimo:

- a) identificação do emitente (CNPJ, endereço e responsável pela emissão);
- b) descrição do objeto executado;
- c) período de execução do fornecimento;
- d) declaração de que o fornecimento foi executado de forma satisfatória;
- e) data e assinatura do responsável pela emissão;
- f) quando aplicável, carimbo ou timbre da entidade emitente.

9.6. Habilitação Técnico-Profissional

9.6.1. Considerando que o objeto da presente contratação se refere exclusivamente ao fornecimento de equipamentos de climatização, não sendo incluídas neste certame as atividades de instalação, manutenção ou operação dos sistemas, não será exigida, neste Edital, comprovação de qualificação técnico-profissional específica.

9.7. Vistoria

9.7.1. Considerando a natureza do objeto e a modalidade de fornecimento pretendida, entende-se que, por se tratar da aquisição de central de ar, não há necessidade de realização de avaliação prévia dos serviços objetos do Termo de Referência.

9.8. Caso o **SICAF** não contemple todo o Objeto deste Pregão, encaminhar o Contrato Social, Estatuto, ou documentos pertinentes, emitidos pela Junta Comercial da sede da licitante, que contemple o objeto, para fins de habilitação;

9.9. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.10. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.11. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.12. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **10%** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.13 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia digitalizada.

9.14. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.15. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

- 9.16. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (quando cabível).
- 9.17. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (quando cabível).
- 9.18. A habilitação será verificada por meio do **SICAF**, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.19. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 9.20. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **SICAF** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 9.21. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 9.22. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.23. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no **SICAF** serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, 2 (**duas**) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 9.24. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço.
- 9.25. A verificação no **SICAF** ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.25.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.25.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relava à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 9.26. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 9.26.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 9.26.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.27. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.28. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.25.1.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

9.29. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.30. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação

9.31. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já ter sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. **Homologado** o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **5 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de **decadência** do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo de convocação poderá ser **prorrogado** uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Será formalizada Ata de Registro de Preços para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição dos itens, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. Ao assinar a Ata de Registro de Preços, a adjudicatária obriga-se a fornecer os bens a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, **prevalecendo**, no caso de **divergência**, as condições mais favoráveis à Administração.

10.6. A existência de preços registrados implicará **compromisso** de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.8. Os valores registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irrevogáveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro deste instrumento, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as negociações junto ao detentor da ata, observadas as disposições contidas na legislação vigente.

10.9. Nas hipóteses de solicitação para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, a Detentora da Ata deverá formalizar pedido com as devidas justificativas e comprovações, protocolando-o na Superintendência de Compras.

10.10. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no [PNCP](#) e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.11. As condições para alteração de preços registrados, bem como as hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços e suas consequências encontram-se dispostas no Anexo III deste edital.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

- 11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na Ata, na forma de Anexo, o registro:
- 11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- 11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
- 11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos [art. 42 da Resolução Legislativa Nº 001/2024](#).
- 11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no Edital, poderá:
- 11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor **condição**.

12. DOS RECURSOS

- 12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 12.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 12.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 12.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**.
- 12.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 12.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 12.5. O recurso será dirigido à autoridade que ver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.
- 12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do **Portal Nacional de Contratações Públicas**.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos do [artigo 83 da Resolução Legislativa nº 001/2024, de 08 de abril de 2024](#) em consonância aos [artigos 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021](#), o licitante ou o contratado ficará sujeito à responsabilização administrativa pela prática das infrações previstas em lei e no Termo de Referência, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

13.1.1. Constituem infrações administrativas, entre outras, as seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- f) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- i) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

13.1.2. A ocorrência de qualquer das infrações acima ensejará a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, no Termo de Referência e posteriormente em edital e/ou contrato.

13.2. Para estas possibilidades serão aplicadas as seguintes sanções, de acordo com o [art. 156 da Lei nº 14.133/2021](#), a Administração poderá aplicar ao licitante ou ao contratado que incorrer em quaisquer das infrações previstas no art. 155 da referida Lei, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, as seguintes sanções administrativas:

13.2.1. ADVERTÊNCIA - aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea “a” do subitem 13.1.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidades mais graves.

13.2.2. MULTA - aplicada sobre qualquer infração administrativa, inclusive cumulativamente, prevista nos subitens do item 13.1.1., das seguintes formas:

a) Moratória: para infrações descritas na alínea “d” do subitem 13.1.1, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento);

• Caso o atraso ultrapasse 25 dias, poderá ensejar a rescisão contratual, nos termos do [art. 137, I, da Lei nº 14.133/2021](#).

b) Monetária: para atraso na apresentação, reposição ou suplementação da garantia contratual (art. 96 da Lei nº 14.133/2021) de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total do contrato, limitado a 2% (dois por cento);

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

● Persistindo o atraso por mais de 25 dias, aplica-se a extinção do contrato por descumprimento contratual.

c) Compensatória: para infrações previstas na alínea “a” do subitem 13.1.1, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação;

d) Compensatória: para infrações previstas na alínea “b” do subitem 13.1.1, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

e) Compensatória: para inexecução total do contrato previsto na alínea “c” do subitem 13.1.1, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação;

f) Compensatória: em substituição à multa moratória descrita para a alínea “d” do subitem 13.1.1, de 3% (três por cento) a 7% (sete por cento) do valor da contratação;

g) Compensatória: para as infrações descritas nas alíneas “e” a “i” do subitem 13.1.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

13.2.3. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR - quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 13.1.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidades mais grave;

13.2.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “e”, “f”, “g”, “h” e “i” do subitem 13.1.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” do mesmo subitem, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

13.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1., 13.2.3. e 13.2.4. poderão ser aplicadas juntamente com a sanção prevista no subitem 13.2.2., facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data do recebimento da comunicação enviada por autoridade competente, na forma do [§ 7º do art. 156 e 158 da Lei nº 14.133/2021](#).

13.3.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

13.3.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13.4. A aplicação das sanções previstas no Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

13.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.6.2. As periculosidades do caso concreto;

13.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.6.4. Os danos que dela provierem para a Contratante; e

13.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

14. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em (www.gov.br/compras) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A **impugnação** e o **pedido de esclarecimento** poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: sup.compras@al.rr.leg.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Avenida Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente, Superintendência de Compras - SCP/ALE/RR.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada **Ata da Sessão** pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o **horário de Brasília - DF**.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e endereço eletrônico: <https://scp.al.rr.leg.br/>

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

15.11.1.1. Anexo I – Detalhamento dos Valores Estimados;

15.11.2 ANEXO II – Mapa de Gerenciamento de Riscos;

15.11.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;

15.11.4. ANEXO IV – Modelo Ata de Registro de Preços;

15.11.5. ANEXO V – Modelo da Proposta de Preço.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

Josiane dos Santos Moraes
Superintendente de Compras
Matrícula nº 36495
Resolução nº 6682/2026-SGP¹

EDITAL

¹ Diário da ALE/RR Ed. Nº 4647

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE

- a) **Área requisitante:** Superintendente de Logística e Gestão Patrimonial;
- b) **Responsável pela demanda:** Josimar Neto Frazão
- c) **Nº Matrícula:** 26.029

2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Eventual aquisição de centrais de ar do tipo **Split Hi-Wall, Split Piso-Teto, Split Cassete, Multi Split Hi-Wall e VRF com unidades internas do tipo Cassete**, com tecnologia Inverter, para atender às necessidades da Sede da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR e demais unidades administrativas, tanto na capital quanto no interior.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Descrição da Situação Atual

3.1.1. A Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR possui diversas salas, setores administrativos e áreas destinadas ao atendimento ao público, distribuídas entre a sede e demais unidades administrativas vinculadas à estrutura institucional desta Casa Legislativa. Tais ambientes dependem de condições adequadas de climatização para garantir o pleno desenvolvimento das atividades administrativas, parlamentares e de atendimento à sociedade.

3.1.2. Verifica-se que parte dos equipamentos de climatização atualmente em uso apresenta elevado índice de falhas, decorrentes principalmente do desgaste natural causado pelo tempo de utilização e pela operação contínua dos aparelhos. Essa situação tem demandado manutenções corretivas frequentes, elevando os custos operacionais e, em determinados casos, comprometendo a regularidade e a continuidade do funcionamento adequado dos ambientes institucionais.

3.1.3. Além do aspecto operacional, observa-se que alguns dos equipamentos atualmente instalados

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

utilizam tecnologias consideradas defasadas quando comparadas às soluções disponíveis no mercado. Tais equipamentos apresentam menor eficiência energética e não dispõem de recursos tecnológicos mais modernos voltados à economia de energia, desempenho operacional e sustentabilidade ambiental, o que contribui para o aumento do consumo de energia elétrica e para a elevação dos custos de funcionamento da Administração.

3.1.4. Constatou-se ainda que determinados ambientes institucionais não dispõem de climatização adequada ou apresentam capacidade de refrigeração insuficiente para atender às características físicas dos espaços e ao fluxo de pessoas que utilizam esses ambientes. Essa condição compromete diretamente o conforto térmico de servidores, colaboradores e usuários dos serviços prestados por esta Casa Legislativa, sobretudo nos períodos de maior intensidade térmica característicos da região.

3.1.5. Ressalta-se que a demanda institucional não se limita apenas à substituição de equipamentos existentes, mas também envolve a necessidade de ampliação da infraestrutura de climatização, considerando a utilização de novas unidades administrativas, a reorganização de ambientes institucionais e a expansão das atividades desta Casa Legislativa, tanto na capital quanto no interior do Estado.

3.1.6. Nesse contexto, observa-se a necessidade de disponibilização de novos quantitativos de equipamentos de climatização, capazes de atender de forma adequada às demandas atuais e futuras da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR, garantindo a cobertura adequada dos ambientes administrativos, setores operacionais e áreas destinadas ao atendimento ao público.

3.1.7. Ademais, torna-se necessário adotar tecnologias mais modernas e eficientes, que proporcionem melhor desempenho térmico, maior eficiência energética e redução de custos operacionais ao longo do ciclo de vida dos equipamentos, contribuindo para o uso racional dos recursos públicos e para a modernização da infraestrutura de climatização desta Casa Legislativa.

3.1.8. Diante desse cenário, a aquisição de centrais de ar dos tipos Split Hi-Wall, Split Piso-Teto, Split Cassete, Multi Split Hi-Wall e VRF com unidades internas do tipo Cassete, mostra-se essencial para garantir ambientes adequadamente climatizados, promovendo conforto térmico, segurança e melhores condições de trabalho para servidores e usuários, além de assegurar solução

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TRAvenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

tecnicamente adequada e economicamente vantajosa para suprir as necessidades institucionais da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, previstos na Lei nº 14.133/2021 e na Resolução Legislativa nº 001/2024.

3.2. Justificativa para a quantidade a ser contratada

3.2.1. O quantitativo de equipamentos de climatização apresentado a seguir foi definido considerando a necessidade de garantir condições adequadas de conforto térmico, eficiência operacional e continuidade das atividades desenvolvidas nos prédios desta Casa Legislativa, contemplando tanto a substituição de equipamentos existentes quanto o atendimento de novas demandas institucionais.

CENTRAIS DE AR			
ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UND.	QTD.
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT HI-WALL			
01	Central de Ar tipo split Hi-Wall – 9.000 BTU's (Evaporadora e condensadora)	Und.	18
02	Central de Ar tipo split Hi-Wall – 12.000 BTU's (Evaporadora e condensadora)	Und.	85
03	Central de Ar tipo split Hi-Wall – 18.000 BTU's (Evaporadora e condensadora)	Und.	90
04	Central de Ar tipo split Hi-Wall – 24.000 BTU's (Evaporadora e condensadora)	Und.	75
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT PISO-TETO			
05	Central de Ar tipo split Piso-Teto – 30.000 BTU's (Evaporadora e condensadora)	Und.	20
06	Central de Ar tipo split Piso-Teto – 48.000 BTU's (Evaporadora e condensadora)	Und.	10
07	Central de Ar tipo split Piso-Teto – 55.000 BTU's (Evaporadora e condensadora)	Und.	14
08	Central de Ar tipo split Piso -Teto – 70.000 BTU's (Evaporadora e condensadora)	Und.	03
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT CASSETE			
09	Central de Ar tipo Cassete - 12.000 BTU's (Evaporadora e condensadora)	Und.	10
10	Central de Ar tipo Cassete - 18.000 BTU'S (Evaporadora e condensadora)	Und.	10
11	Central de Ar tipo Cassete - 22.000 BTU'S (Evaporadora e condensadora)	Und.	10
12	Central de Ar tipo Cassete - 24.000 BTU'S (Evaporadora e condensadora)	Und.	10
13	Central de Ar tipo Cassete - 36.000 BTU'S (Evaporadora e condensadora)	Und.	10
14	Central de Ar tipo Cassete - 55.000 BTU'S (Evaporadora e condensadora)	Und.	10
CENTRAIS DE AR TIPO MULTI SPLIT HI - WALL			
15	Central de Ar Multi Split Hi-Wall – 18.000 BTUs (01 condensadora + 02 evaporadoras de 9.000 btus)	Und.	2

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

16	Central de Ar Multi Split Hi-Wall – 24.000 BTUs (01 condensadora + 02 evaporadoras de 12.000 btus)	Und.	2
CONJUNTO VRF CASSETE (01 conjunto) Central de ar-condicionado tipo VRF, capacidade nominal de 10 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 120.000 BTU/h, composta por 01 unidade externa tipo condensadora VRF e 03 unidades internas tipo evaporadora cassete 4 vias, sendo 02 evaporadoras de 36.000 BTU/h e 01 evaporadora de 48.000 BTU/h			
17	EVAPORADORA VRF - 02 tipo cassete de 36.000 BTU/h	Und.	2
18	EVAPORADORA VRF - 01 tipo cassete de 48.000 BTU/h	Und.	1
19	CONDENSADORA VRF - 01 unidade externa tipo VRF cassete, capacidade nominal de 10 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 120.000 BTU/h	Und.	1
CONJUNTO VRF CASSETE (01 conjunto) Central de ar-condicionado tipo VRF, capacidade nominal de 10 TR, equivalente a aproximadamente 120.000 BTU/h, composta por 01 unidade externa tipo condensadora VRF e 06 unidades internas tipo evaporadora cassete 4 vias, sendo 02 evaporadoras de 12.000 BTU/h e 04 evaporadoras de 24.000 BTU/h,			
20	EVAPORADORA VRF - 02 tipo cassete de 12.000 BTU/h	Und.	2
21	EVAPORADORA VRF- 04 tipo cassete de 24.000 BTU/h	Und.	4
22	CONDENSADORA VRF- 01 unidade externa tipo VRF cassete, capacidade nominal de 10 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 120.000 BTU/h	Und.	1
CONJUNTO VRF CASSETE (01 conjunto) Central de ar-condicionado tipo VRF, capacidade nominal de 15 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 180.000 BTU/h, composta por 01 unidade externa tipo condensadora VRF e 03 unidades internas tipo evaporadora cassete 4 vias, sendo 03 evaporadoras de 60.000 BTU/h,			
23	EVAPORADORA VRF - 03 tipo cassete de 60.000 BTU/h	Und.	2
24	CONDENSADORA VRF - 01 unidade externa tipo VRF cassete, capacidade nominal de 15 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 180.000 BTU/h	Und.	1
CONJUNTO VRF CASSETE (01 conjunto) Central de ar-condicionado tipo VRF, capacidade nominal de 15 TR, equivalente a aproximadamente 180.000 BTU/h, composta por 01 unidade externa tipo condensadora VRF e 06 unidades internas tipo evaporadora cassete 4 vias, sendo 03 evaporadoras de 36.000 BTU/h e 03 evaporadoras de 24.000 BTU/h,			
25	EVAPORADORA VRF - 03 tipo cassete de 24.000 BTU/h	Und.	3
26	EVAPORADORA VRF - 03 tipo cassete de 36.000 BTU/h	Und.	3
27	CONDENSADORA VRF - 01 unidade externa tipo VRF cassete, capacidade nominal de 15 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 180.000 BTU/h	Und.	1
TOTAL			401

3.2.2. A presente contratação justifica-se tanto pela necessidade de substituição de equipamentos

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

obsoletos, cuja manutenção se tornou antieconômica ou que apresentam desgaste natural decorrente do tempo de uso, quanto pela necessidade de instalação de novos equipamentos em unidades administrativas existentes e em novos ambientes institucionais.

3.2.3. A definição das quantidades estimadas decorre de análise técnica das necessidades institucionais desta Casa Legislativa, considerando, principalmente, os seguintes critérios:

- a) Substituição de equipamentos existentes**, cuja manutenção se tornou antieconômica ou que atingiram o limite de sua vida útil operacional;
- b) Atendimento às demandas de climatização em novos ambientes institucionais**, incluindo espaços que venham a ser ocupados, locados, ampliados ou adaptados para o desempenho de atividades administrativas e parlamentares;
- c) Padronização do sistema de climatização**, visando assegurar maior eficiência energética, ampliação da vida útil dos equipamentos, sustentabilidade ambiental e simplificação da gestão de manutenção dos sistemas instalados.

3.2.4. Na definição das quantidades estimadas também foi considerada a necessidade de modernização da infraestrutura de climatização das unidades administrativas, de modo a garantir a compatibilidade dos equipamentos com as características ergonômicas e arquitetônicas dos ambientes institucionais, assegurando melhor distribuição do ar, maior eficiência térmica e condições adequadas de conforto ambiental.

3.2.5. Ressalta-se que, no último processo administrativo destinado à aquisição de centrais de ar, todo o quantitativo contratado foi integralmente utilizado para atendimento das demandas institucionais desta Casa Legislativa, não havendo atualmente saldo em estoque capaz de suprir novas necessidades de climatização.

3.2.6. Considerando que os equipamentos de climatização configuram bens de natureza estocável, a definição do quantitativo estimado tomou como base o histórico de consumo verificado em processos anteriores, os quais demonstraram a plena utilização dos itens adquiridos, sem registro de sobras significativas em estoque.

3.2.7. Dessa forma, o quantitativo proposto justifica-se pela inexistência de estoque disponível, pelo

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

consumo integral verificado em contratações anteriores e pela necessidade de substituição de equipamentos obsoletos, bem como pela instalação de novos equipamentos em unidades administrativas, assegurando a continuidade das atividades institucionais e a manutenção de condições adequadas de conforto térmico.

3.2.8. A definição das quantidades estimadas também considerou o histórico de consumo verificado em contratos anteriores, especialmente os **Contratos nº 005/2024 e nº 034/2024**, bem como levantamento técnico atualizado das necessidades de climatização das unidades administrativas da ALE/RR, incluindo a previsão de expansão da estrutura física da instituição.

3.2.9. A documentação que fundamenta a definição dos quantitativos estimados encontra-se devidamente registrada no **Estudo Técnico Preliminar – ETP**, servindo como base técnica e documental para a definição do quantitativo de centrais de ar a serem contratadas.

3.3. Resultados esperados com a contratação

3.3.1. Com a pretensa contratação, espera-se assegurar condições adequadas de temperatura e qualidade do ar nos ambientes internos desta Casa Legislativa, proporcionando maior conforto térmico, bem-estar, saúde e melhores condições de trabalho para servidores, colaboradores e usuários dos serviços prestados pela instituição. Busca-se, ainda, contribuir para a preservação do patrimônio público, incluindo equipamentos eletrônicos, mobiliários e documentos institucionais, prevenindo danos decorrentes de temperaturas elevadas, umidade excessiva e demais fatores ambientais que possam comprometer a integridade desses bens, além de reduzir riscos de falhas operacionais.

3.3.2. A contratação também visa promover a modernização do parque de climatização da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR, mediante a incorporação de equipamentos mais modernos e tecnologicamente eficientes, compatíveis com os atuais padrões de desempenho e eficiência energética. Como resultado, pretende-se alcançar maior racionalização do consumo de energia elétrica, fortalecimento das práticas de sustentabilidade ambiental e melhoria das condições de conforto térmico e ambiental nos ambientes institucionais.

3.3.3. Outro resultado esperado consiste na adequação da infraestrutura de climatização às características arquitetônicas e estruturais das diferentes unidades administrativas desta Casa

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

Legislativa, possibilitando a utilização de soluções compatíveis com ambientes de diferentes dimensões, níveis de ocupação e demandas térmicas, garantindo melhor distribuição do ar e maior eficiência na climatização dos espaços institucionais.

3.3.4. Dessa forma, os resultados esperados com a contratação incluem a modernização da infraestrutura de climatização, a melhoria das condições ambientais dos espaços institucionais, a redução de custos operacionais associados ao consumo energético e à manutenção de equipamentos obsoletos, bem como o fortalecimento das condições necessárias para o pleno funcionamento das atividades da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR.

3.4. Contrato ou Ajuste para o mesmo objeto

CONTRATO N°.	PROC. N°.	ESPECIFICAÇÃO	VENCIMENTO
34/2024	495/2023	Aquisição de centrais de ar para atender as necessidades da Sede da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR e demais unidades administrativas, tanto na capital quanto no interior.	05 DE NOVEMBRO DE 2025

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

4.1. A pretensa contratação tem como objeto a aquisição de centrais de ar-condicionado dos tipos **Split Hi-Wall, Split Piso-Teto, Split Cassete, Multi Split Hi-Wall e VRF com unidades internas do tipo Cassete**, dotados de **tecnologia Inverter**, destinados a suprir de forma eficiente, econômica e sustentável as necessidades de climatização das instalações da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR, tanto na capital quanto nas unidades administrativas localizadas no interior do Estado.

4.1.1. Os equipamentos deverão atender às demandas de climatização de ambientes institucionais com diferentes dimensões e características operacionais, garantindo adequado desempenho térmico, eficiência energética e confiabilidade operacional. A solução caracteriza-se como **bem de natureza comum**, nos termos do **art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021**, uma vez que seus padrões de

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

7

Assinado eletronicamente por **LIANA DANIELA DOS SANTOS SILVA**, Diretor(a) da SUPADM, em 08/06/2026 15:17:34

Assinado eletronicamente por **JOSIMAR NETO FRAZAO**, Superintendente de Logística e Gestão Patrimonial, em 09/06/2026 09:18:02

Assinado eletronicamente por **THAINARA MEDEIROS DE SOUSA**, Membro de Comissão, em 09/06/2026 09:09:52

Assinado eletronicamente por **KAPANE DOS SANTOS SOUSA**, Superintendente das Atividades e Serviços, em 09/06/2026 11:27:20

Para conferir a autenticidade do documento acesse o endereço <http://grp.al.rr.leg.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela **ASSINADO ELETRONICAMENTE**

desempenho e qualidade podem ser definidos de forma objetiva, com base em especificações usuais de mercado.

4.1.2. Os equipamentos deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, observando critérios de qualidade, desempenho, eficiência energética, segurança operacional e sustentabilidade ambiental, devendo ser novos, de primeiro uso, e fabricados de acordo com as normas técnicas aplicáveis.

4.1.3. O fornecimento dos itens será de responsabilidade da **CONTRATADA**, que deverá assegurar o cumprimento integral das especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, bem como garantir que os equipamentos fornecidos atendam às condições de desempenho, eficiência e qualidade exigidas pela Administração.

4.1.4. As especificações técnicas mínimas dos equipamentos, bem como os quantitativos estimados para atendimento da demanda institucional, encontram-se detalhados na tabela a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	CATMAT	UND.	QTD.
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT HI-WALL				
01	Central de ar-condicionado, tipo split hi-wall, tecnologia inverter, com capacidade 9.000 BTUs , (condensadora e evaporadora), com coeficiente de energia preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão de 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle da temperatura, fan e time), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor rotativo e sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL-INMETRO de desempenho, garantia mínima do fornecedor de 12 (doze) meses.	458194	Unidade	18
02	Central de ar-condicionado, tipo split hi-wall, tecnologia inverter, com capacidade 12.000 BTUs , (condensadora e evaporadora), com coeficiente de energia preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão de 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle da temperatura, fan e time), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor rotativo e sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL-INMETRO de desempenho, garantia mínima do fornecedor de 12 (doze) meses.	458218	Unidade	85
03	Central de ar-condicionado, tipo split hi-wall, tecnologia inverter, com capacidade 18.000 BTUs , (condensadora e evaporadora), com coeficiente de energia preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão de 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle da temperatura, fan e time), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor rotativo e sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL-INMETRO de desempenho, garantia mínima do fornecedor de 12 (doze) meses.	486538	Unidade	90

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TRAvenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

04	Central de ar-condicionado, tipo split hi-wall, tecnologia inverter, com capacidade 24.000 BTUs , (condensadora e evaporadora), com coeficiente de energia preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão de 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle da temperatura, fan e time), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor rotativo e sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL-INMETRO de desempenho, garantia mínima do fornecedor de 12 (doze) meses.	619109	Unidade	75
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT PISO-TETO				
05	Central de ar-condicionado, tipo split piso-teto, tecnologia inverter, com capacidade 30.000 BTUs , (condensadora e evaporadora), com coeficiente de energia preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão de 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle da temperatura, fan e time), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor rotativo e sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL-INMETRO de desempenho, garantia mínima do fornecedor de 12 (doze) meses.	621109	Unidade	20
06	Central de ar-condicionado, tipo split piso-teto, tecnologia inverter, com capacidade 48.000 BTUs , (condensadora e evaporadora), com coeficiente de energia preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão de 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle da temperatura, fan e time), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor rotativo e sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL-INMETRO de desempenho, garantia mínima do fornecedor de 12 (doze) meses.	459763	Unidade	10
07	Central de ar-condicionado, tipo split piso-teto, tecnologia inverter, com capacidade 55.000 BTUs , (condensadora e evaporadora), com coeficiente de energia preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão de 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle da temperatura, fan e time), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor rotativo e sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL-INMETRO de desempenho, garantia mínima do fornecedor de 12 (doze) meses.	630685	Unidade	14
08	Central de ar-condicionado, tipo split piso-teto, tecnologia inverter, com capacidade 70.000 BTUs (condensadora e evaporadora), com coeficiente de energia preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão de 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle da temperatura, fan e time), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor rotativo e sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL-INMETRO de desempenho, garantia mínima do fornecedor de 12 (doze) meses.	293365	Unidade	03
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT CASSETE				
09	Central de ar-condicionado, tipo cassete, inverter, 1 via, capacidade 12.000 BTUs , (condensadora e evaporadora), com coeficiente de energia preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão de 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle da temperatura, fan e time), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor rotativo e sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL-INMETRO de desempenho, garantia mínima do fornecedor de 12 (doze) meses.	603716	Unidade	10

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

 Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

10	Central de ar-condicionado, tipo cassete, inverter, 1 via , capacidade 18.000 BTUs , (condensadora e evaporadora), com coeficiente de energia preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão de 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle da temperatura, fan e time), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor rotativo e sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL-INMETRO de desempenho, garantia mínima do fornecedor de 12 (doze) meses.	458222	Unidade	10
11	Central de ar-condicionado, tipo cassete, inverter, 1 via , capacidade 22.000 BTUs , (condensadora e evaporadora), com coeficiente de energia preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão de 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle da temperatura, fan e time), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor rotativo e sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL-INMETRO de desempenho, garantia mínima do fornecedor de 12 (doze) meses.	430761	Unidade	10
12	Central de ar-condicionado, tipo cassete, inverter, 4 vias , capacidade 24.000 BTUs , (condensadora e evaporadora), com coeficiente de energia preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão de 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle da temperatura, fan e time), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor rotativo e sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL-INMETRO de desempenho, garantia mínima do fornecedor de 12 (doze) meses.	605381	Unidade	10
13	Central de ar-condicionado, tipo cassete, inverter, 4 vias , capacidade 36.000 BTUs , (condensadora e evaporadora), com coeficiente de energia preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão de 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle da temperatura, fan e time), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor rotativo e sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL-INMETRO de desempenho, garantia mínima do fornecedor de 12 (doze) meses.	603721	Unidade	10
14	Central de ar-condicionado, tipo cassete, inverter, 4 vias , capacidade 55.000 BTUs , (condensadora e evaporadora), com coeficiente de energia preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão de 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle da temperatura, fan e time), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor rotativo e sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL-INMETRO de desempenho, garantia mínima do fornecedor de 12 (doze) meses.	632567	Unidade	10
CENTRAIS DE AR TIPO MULTI SPLIT HI - WALL				
15	Central de ar Multi Split Hi-Wall 18.000 BTUs, composta por 01 unidade externa tipo condensadora Multi Split e 02 unidades internas tipo evaporadora Hi-Wall de 9.000 btus, tecnologia Inverter, com coeficiente de energia preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão de 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle da temperatura, fan e time), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor rotativo e sistema de ventilação com	13768	Unidade	02

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

 Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

	múltiplas velocidades, selo PROCEL-INMETRO de desempenho, garantia mínima do fornecedor de 12 (doze) meses.			
16	Central de ar Multi Split Hi-Wall 24.000 BTUs, composta por 01 unidade externa tipo condensadora Multi Split e 02 unidades internas tipo evaporadora Hi-Wall de 12.000 btus, tecnologia Inverter, com coeficiente de energia preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão de 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle da temperatura, fan e time), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor rotativo e sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL-INMETRO de desempenho, garantia mínima do fornecedor de 12 (doze) meses.	13768	Unidade	02
CONJUNTO VRF CASSETE				
Central de ar-condicionado tipo VRF, capacidade nominal de 10 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 120.000 BTU/h, composta por 01 unidade externa tipo condensadora VRF e 03 unidades internas tipo evaporadora cassete 4 vias, sendo 02 evaporadoras de 36.000 BTU/h e 01 evaporadora de 48.000 BTU/h, tecnologia Inverter, com coeficiente de eficiência energética preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle de temperatura, ventilação e timer), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor inverter de alta eficiência compatível com tecnologia VRF, sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL/INMETRO de desempenho, painel de controle e gerenciamento do sistema VRF, e garantia mínima do fornecedor de 12 (doze) meses.				
17	EVAPORADORA VRF- 02 tipo cassete de 36.000 BTU/h	631177	Unidade	02
18	EVAPORADORA VRF- 01 tipo cassete de 48.000 BTU/h	631191		01
19	CONDENSADORA VRF - 01 unidade externa tipo VRF cassete, capacidade nominal de 10 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 120.000 BTU/h	631240		01
CONJUNTO VRF CASSETE				
Central de ar-condicionado tipo VRF, capacidade nominal de 10 TR, equivalente a aproximadamente 120.000 BTU/h, composta por 01 unidade externa tipo condensadora VRF e 06 unidades internas tipo evaporadora cassete 4 vias, sendo 02 evaporadoras de 12.000 BTU/h e 04 evaporadoras de 24.000 BTU/h, tecnologia Inverter, coeficiente de eficiência energética preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle de temperatura, ventilação e timer), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor inverter compatível com tecnologia VRF, sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL/INMETRO de desempenho, painel de controle e gerenciamento do sistema VRF, e garantia mínima de 12 (doze) meses.				
20	EVAPORADORA VRF- 02 tipo cassete de 12.000 BTU/h	239806	Unidade	02
21	EVAPORADORA VRF- 04 tipo cassete de 24.000 BTU/h	630882		04
22	CONDENSADORA VRF - 01 unidade externa tipo VRF cassete, capacidade nominal de 10 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 120.000 BTU/h	631240		01

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

 Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

CONJUNTO VRF CASSETE				
Central de ar-condicionado tipo VRF, capacidade nominal de 15 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 180.000 BTU/h, composta por 01 unidade externa tipo condensadora VRF e 03 unidades internas tipo evaporadora cassete 4 vias, sendo 03 evaporadoras de 60.000 BTU/h, tecnologia Inverter, coeficiente de eficiência energética preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle de temperatura, ventilação e timer), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor inverter compatível com tecnologia VRF, sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL/INMETRO de desempenho, painel de controle e gerenciamento do sistema VRF, e garantia mínima de 12 (doze) meses				
23	EVAPORADORA VRF - 03 tipo cassete de 60.000 BTU/h	631184	Unidade	03
24	CONDENSADORA VRF- 01 unidade externa tipo VRF cassete, capacidade nominal de 15 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 180.000 BTU/h	631242		01
CONJUNTO VRF CASSETE				
Central de ar-condicionado tipo VRF, capacidade nominal de 15 TR, equivalente a aproximadamente 180.000 BTU/h, composta por 01 unidade externa tipo condensadora VRF e 06 unidades internas tipo evaporadora cassete 4 vias, sendo 03 evaporadoras de 36.000 BTU/h e 03 evaporadoras de 24.000 BTU/h, tecnologia Inverter, coeficiente de eficiência energética preferencialmente padrão A ou equivalente, tensão 220 volts, operação frio, controle remoto sem fio com todas as funções (liga/desliga, modo, controle de temperatura, ventilação e timer), filtro de ar lavável de fácil remoção, compressor inverter compatível com tecnologia VRF, sistema de ventilação com múltiplas velocidades, selo PROCEL/INMETRO de desempenho, painel de controle e gerenciamento do sistema VRF, e garantia mínima de 12 (doze) meses.				
25	EVAPORADORA VRF - 03 tipo cassete de 24.000 BTU/h	630882	Unidade	03
26	EVAPORADORA VRF - 03 tipo cassete de 36.000 BTU/h	631177		03
27	CONDENSADORA VRF- 01 unidade externa tipo VRF cassete, capacidade nominal de 15 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 180.000 BTU/h	631242		01
TOTAL DE EQUIPAMENTOS			401	

4.1.5. Para fins de fornecimento, medição e aceitação do objeto, adota-se a unidade de medida Unidade (UND.), considerando que os itens foram estruturados de forma individualizada, com a separação entre unidades evaporadoras e condensadoras, conforme suas especificações técnicas e respectivos códigos CATMAT.

4.1.6. Nos casos aplicáveis, especialmente para os sistemas de climatização do tipo VRF e Multi Split, as unidades condensadoras e evaporadoras deverão ser fornecidas de forma conjunta, sendo da mesma marca e compatíveis entre si, de modo a garantir a adequada comunicação entre os componentes, o correto funcionamento do sistema e a manutenção das condições de desempenho, eficiência e garantia dos equipamentos.

4.1.7. Ressalta-se que, para os equipamentos com capacidades de 70.000 BTUs, na tipologia Split

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

 Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

Piso-Teto com tecnologia Inverter, bem como para as capacidades de 12.000, 18.000 e 22.000 BTUs, relativas às centrais do tipo Split Cassete de 1 via, não há correspondência exata de códigos no Catálogo de Materiais do Governo Federal – CATMAT que represente, de forma integral, as especificações técnicas desses modelos, razão pela qual foram adotados códigos CATMAT equivalentes, compatíveis com a natureza dos equipamentos.

4.1.8. Da mesma forma, os sistemas do tipo Multi Split Hi-Wall (Inverter), nas capacidades de 18.000 e 24.000 BTU/h, bem como para a evaporadora de climatização VRF cassete 4 vias – 60.000 BTU/h não possuem correspondência padronizada no catálogo oficial, tendo em vista que são compostos por múltiplas unidades (condensadora e evaporadoras), com diferentes combinações de capacidade, motivo pelo qual foram utilizados códigos CATMAT equivalentes, atribuídos individualmente aos componentes que integram os respectivos sistemas.

4.1.9. Assim, para fins de cadastramento e operacionalização do processo, os códigos CATMAT foram atribuídos de forma individualizada às unidades evaporadoras e condensadoras, não representando, isoladamente, a totalidade do sistema, o qual deverá ser considerado como solução integrada, conforme as especificações técnicas descritas neste Termo de Referência.

4.1.10. As especificações técnicas obrigatórias para o fornecimento e aceitação dos equipamentos são aquelas descritas neste Termo de Referência e que serão reproduzidas no instrumento convocatório (edital), devendo ser rigorosamente observadas pela CONTRATADA, prevalecendo sobre quaisquer referências genéricas de catálogo, de modo a assegurar o adequado desempenho operacional dos equipamentos, a eficiência energética, a qualidade do sistema de climatização e a compatibilidade técnica com os ambientes institucionais da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR.

4.2. Requisitos técnicos mínimos dos equipamentos

4.2.1. Os equipamentos deverão ser compatíveis com a infraestrutura elétrica existente nas unidades da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR, operando preferencialmente em tensão de 220 volts, observadas as especificações dos fabricantes e as condições da rede elétrica das edificações.

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

4.2.2. Os equipamentos fornecidos deverão atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis, especialmente às normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e às regulamentações do INMETRO, devendo possuir etiqueta de eficiência energética devidamente apostada no produto e/ou em sua embalagem, bem como observar as diretrizes de segurança elétrica aplicáveis aos sistemas de climatização.

4.2.3. Os equipamentos deverão possuir eficiência energética mínima classificada como nível “A” pelo INMETRO, ou classificação equivalente quando aplicável à tecnologia ou capacidade do equipamento, utilizando fluido refrigerante de baixo impacto ambiental, preferencialmente R-32.

4.2.4. Prioriza-se que o nível de ruído das unidades internas não ultrapasse 45 dB, de modo a garantir conforto acústico e preservar condições adequadas de concentração nos ambientes administrativos, legislativos e de atendimento ao público.

4.2.5. Os equipamentos deverão contar com recursos tecnológicos de controle operacional, incluindo, quando aplicável ao modelo, funcionalidades como controle remoto sem fio, temporizadores (timers), sensores de presença e/ou temperatura, podendo ainda contemplar conectividade Wi-Fi ou recurso equivalente.

4.2.6. A CONTRATADA deverá assegurar garantia mínima de 12 (doze) meses para todos os equipamentos fornecidos, abrangendo eventuais defeitos de fabricação ou funcionamento, prestada tanto pelo fabricante quanto pelo fornecedor, contada a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo do objeto.

4.2.7. Deverá ser fornecido manual de operação, instalação e manutenção em língua portuguesa, acompanhado do respectivo termo de garantia e instruções de uso adequado, de forma a possibilitar o correto funcionamento e conservação dos equipamentos.

4.2.8. Deverá ser assegurada a compatibilidade técnica entre as unidades condensadoras e evaporadoras, observadas as especificações do fabricante e as capacidades nominais previstas neste Termo de Referência. Os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, devendo a unidade evaporadora ser da mesma marca da unidade condensadora, de modo a garantir a adequada comunicação entre os equipamentos e a estabilidade operacional do sistema.

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

4.2.9. Os sistemas deverão ser fornecidos como solução completa, contemplando todos os elementos necessários ao seu pleno funcionamento, incluindo unidades internas, unidade externa, controles e demais acessórios exigidos pelo fabricante.

4.2.10. A CONTRATADA deverá assegurar que os equipamentos estejam devidamente dimensionados e configurados para operação conjunta, garantindo desempenho adequado, eficiência energética e a manutenção das condições de garantia e assistência técnica.

4.3. Do tratamento diferenciado às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)

4.3.1. No âmbito desta contratação será assegurada a participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, bem como dos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, mediante a reserva de até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo total do objeto, observada a natureza divisível dos bens e a viabilidade técnica e operacional da medida.

4.3.2. A aplicação do tratamento diferenciado materializa-se por meio da divisão do objeto em cota reservada e ampla concorrência, conforme demonstrado na tabela a seguir, na qual se apresenta a distribuição dos quantitativos entre a **cota reservada às ME/EPP** e o **lote destinado à ampla concorrência**, preservando-se a padronização técnica dos equipamentos, a competitividade do certame, a economicidade da contratação e a eficiência administrativa.

4.3.3. A definição dos quantitativos destinados à cota reservada observou não apenas o percentual previsto no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, mas também a natureza dos equipamentos, os valores estimados, a complexidade tecnológica dos sistemas e a necessidade de preservar a competitividade e a adequada execução contratual, razão pela qual determinados equipamentos foram mantidos exclusivamente no lote destinado à ampla concorrência.

LOTE 01 - COTA RESERVADO (ME/EPP)		
ITEM	DESCRIÇÃO - CAPACIDADE (BTUS)	QUANTIDADE
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT HI-WALL		
01	Central de Ar tipo split Hi-wall – 9.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	4 Unidades
02	Central de Ar tipo split Hi-wall – 12.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	21 Unidades

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

03	Central de Ar tipo split Hi-wall – 18.000 BTU’s (Condensadora e evaporadora)	15 Unidades
04	Central de Ar tipo split Hi-wall – 24.000 BTU’s (Condensadora e evaporadora)	12 Unidades
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT PISO-TETO		
05	Central de Ar tipo split Piso-Teto – 30.000 BTU’s (Condensadora e evaporadora)	5 Unidades
06	Central de Ar tipo split Piso-Teto – 48.000 BTU’s (Condensadora e evaporadora)	2 Unidades
07	Central de Ar tipo split Piso-Teto – 55.000 BTU’s (Condensadora e evaporadora)	3 Unidades
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT CASSETTE		
08	Central de Ar tipo split Cassete - 12.000 BTU’s (Condensadora e evaporadora)	2 Unidades
09	Central de Ar tipo split Cassete - 18.000 BTU’S (Condensadora e evaporadora)	2 Unidades
10	Central de Ar tipo split Cassete - 22.000 BTU’S (Condensadora e evaporadora)	2 Unidades
11	Central de Ar tipo split Cassete - 24.000 BTU’S (Condensadora e evaporadora)	2 Unidades
12	Central de Ar tipo split Cassete - 36.000 BTU’S (Condensadora e evaporadora)	2 Unidades
13	Central de Ar tipo split Cassete - 55.000 BTU’S (Condensadora e evaporadora)	2 Unidades
TOTAL DE EQUIPAMENTOS PARA ME/EPP		74 Equipamentos

LOTE 02 - AMPLA CONCORRÊNCIA		
ITEM	DESCRIÇÃO - CAPACIDADE (BTUS)	QUANTIDADE
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT HI-WALL		
14	Central de Ar tipo split Hi-wall – 9.000 BTU’s (Condensadora e evaporadora)	14 Unidades
15	Central de Ar tipo split Hi-wall – 12.000 BTU’s (Condensadora e evaporadora)	64 Unidades
16	Central de Ar tipo split Hi-wall – 18.000 BTU’s (Condensadora e evaporadora)	75 Unidades
17	Central de Ar tipo split Hi-wall – 24.000 BTU’s (Condensadora e evaporadora)	63 Unidades
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT PISO-TETO		
18	Central de Ar tipo split Piso-Teto – 30.000 BTU’s (Condensadora e evaporadora)	15 Unidades
19	Central de Ar tipo split Piso-Teto – 48.000 BTU’s (Condensadora e evaporadora)	8 Unidades
20	Central de Ar tipo split Piso-Teto – 55.000 BTU’s (Condensadora e evaporadora)	11 Unidades
21	Central de Ar tipo split Piso -Teto – 70.000 BTU’s (Condensadora e evaporadora)	3 Unidades

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

 Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT CASSETE		
22	Central de Ar tipo split Cassete - 12.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	8 Unidades
23	Central de Ar tipo split Cassete - 18.000 BTU'S (Condensadora e evaporadora)	8 Unidades
24	Central de Ar tipo split Cassete - 22.000 BTU'S (Condensadora e evaporadora)	8 Unidades
25	Central de Ar tipo split Cassete - 24.000 BTU'S (Condensadora e evaporadora)	8 Unidades
26	Central de Ar tipo split Cassete - 36.000 BTU'S (Condensadora e evaporadora)	8 Unidades
27	Central de Ar tipo split Cassete - 55.000 BTU'S (Condensadora e evaporadora)	8 Unidades
CENTRAIS DE AR TIPO MULTI SPLIT HI-WALL		
28	Central de ar Multi Split Hi-Wall 18.000 BTU's (01 condensadora e 02 evaporadora de 9.000 btus)	2 Unidades
29	Central de ar Multi Split Hi-Wall 24.000 BTU's (01 condensadora e 02 evaporadora de 12.000 btus)	2 Unidades
CONJUNTO VRF CASSETE		
Central de ar-condicionado tipo VRF, capacidade nominal de 10 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 120.000 BTU/h, composta por 01 unidade externa tipo condensadora VRF e 03 unidades internas tipo evaporadora cassete 4 vias, sendo 02 evaporadoras de 36.000 BTU/h e 01 evaporadora de 48.000 BTU/h		
30	EVAPORADORA VRF - tipo cassete de 36.000 BTU/h	2 Unidades
31	EVAPORADORA VRF - tipo cassete de 48.000 BTU/h	1 Unidade
32	CONDENSADORA VRF - unidade externa tipo VRF cassete, capacidade nominal de 10 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 120.000 BTU/h	1 Unidade
CONJUNTO VRF CASSETE (01 conjunto)		
Central de ar-condicionado tipo VRF, capacidade nominal de 10 TR, equivalente a aproximadamente 120.000 BTU/h, composta por 01 unidade externa tipo condensadora VRF e 06 unidades internas tipo evaporadora cassete 4 vias, sendo 02 evaporadoras de 12.000 BTU/h e 04 evaporadoras de 24.000 BTU/h		
33	EVAPORADORA VRF - tipo cassete de 12.000 BTU/h	2 Unidades
34	EVAPORADORA VRF - tipo cassete de 24.000 BTU/h	4 Unidades
35	CONDENSADORA VRF - unidade externa tipo VRF cassete, capacidade nominal de 10 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 120.000 BTU/h	1 Unidade
CONJUNTO VRF CASSETE (01 conjunto)		
Central de ar-condicionado tipo VRF, capacidade nominal de 15 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 180.000 BTU/h, composta por 01 unidade externa tipo condensadora VRF e 03 unidades internas tipo evaporadora cassete 4 vias, sendo 03 evaporadoras de 60.000 BTU/h		
36	EVAPORADORA VRF - tipo cassete de 60.000 BTU/h	03 Unidades
37	CONDENSADORA VRF - unidade externa tipo VRF cassete, capacidade nominal de 15 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente	01 Unidade

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

 Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

	180.000 BTU/h	
CONJUNTO VRF CASSETTE (01 conjunto) Central de ar-condicionado tipo VRF, capacidade nominal de 15 TR, equivalente a aproximadamente 180.000 BTU/h, composta por 01 unidade externa tipo condensadora VRF e 06 unidades internas tipo evaporadora cassete 4 vias, sendo 03 evaporadoras de 36.000 BTU/h e 03 evaporadoras de 24.000 BTU/h,		
38	EVAPORADORA VRF - tipo cassete de 24.000 BTU/h	03 Unidades
39	EVAPORADORA VRF - tipo cassete de 36.000 BTU/h	03 Unidades
40	CONDENSADORA VRF - unidade externa tipo VRF cassete, capacidade nominal de 15 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 180.000 BTU/h	01 Unidade
TOTAL DE EQUIPAMENTOS PARA AMPLA CONCORRÊNCIA		327 Equipamentos

4.3.4. Os critérios adotados e as condições aplicáveis ao tratamento diferenciado às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) serão detalhados no item 8 deste Termo de Referência, considerando que a presente **contratação será estruturada em 02 (dois) lotes distintos, sendo um lote destinado à cota reservada às ME/EPP e outro lote destinado à ampla concorrência**, conforme demonstrado na tabela acima.

5. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

5.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, observando o exercício financeiro vigente, conforme estabelecido no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A descrição da solução como um todo encontra-se detalhada em tópico específico dos **Estudos Técnicos Preliminares (Item 5)**, em conformidade com o art. 8º, Anexo VIII, da Resolução Legislativa nº 001/2024.

6.1.1. A presente contratação refere-se à **aquisição de centrais de ar-condicionado dos tipos Split Hi-Wall, Split Piso-Teto, Split Cassete, Multi Split Hi-Wall e VRF com unidades internas do**

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

tipo Cassete, dotados de tecnologia Inverter, classificadas como **bens de natureza comum**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por se tratarem de equipamentos padronizados, passíveis de especificação objetiva, destinados a atender às necessidades de climatização dos ambientes internos desta Casa Legislativa, abrangendo unidades situadas na capital e no interior do Estado, incluindo imóveis já incorporados ao patrimônio institucional e aqueles que venham a ser locados futuramente.

6.2. A solução proposta visa assegurar condições adequadas de conforto térmico, eficiência energética e desempenho operacional, bem como contribuir para a preservação do patrimônio público, a substituição de equipamentos obsoletos e o atendimento às demandas decorrentes da expansão e reorganização dos espaços institucionais, em consonância com o interesse público e com os princípios da sustentabilidade, economicidade e eficiência administrativa.

6.3. Espera-se que a aquisição das centrais de ar-condicionado proporcione ambientes internos com temperatura e qualidade do ar adequadas, promovendo bem-estar, saúde e melhores condições de trabalho para servidores, colaboradores e usuários dos serviços prestados por esta Casa Legislativa.

6.4. Além disso, a contratação contribuirá para a proteção do patrimônio público, incluindo equipamentos eletrônicos, mobiliário e documentos institucionais, bem como para a modernização da infraestrutura de climatização, mediante a incorporação de tecnologias mais eficientes e atuais, capazes de proporcionar economia de energia, sustentabilidade ambiental e melhoria do desempenho operacional dos sistemas de climatização.

6.5. As atividades de manutenção preventiva e corretiva, bem como a assistência técnica das centrais de ar-condicionado objeto desta contratação, não integram o escopo do presente certame, sendo executadas por meio do Contrato nº 026/2020, derivado do Processo nº 945/2019, que contempla serviços de manutenção, instalação, remoção e realocação de equipamentos, incluindo o fornecimento de peças e componentes quando necessário.

6.6. Dessa forma, a manutenção e assistência técnica dos equipamentos a serem adquiridos serão executadas por contrato distinto, garantindo a continuidade dos serviços, a padronização dos procedimentos técnicos, a integração com a estrutura de manutenção já existente e a otimização do uso dos recursos públicos.

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

7.1. Exigências de habilitação

7.1.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- a)** Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação exigidas, respondendo pela veracidade das informações, na forma do art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;
- b)** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: atualizações de documentos e complementações de informação, na forma do art. 64, e seus incisos, da Lei nº 14.133/2021;
- c)** Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, e serão feitas consultas de eventual descumprimento das condições de participação especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos cadastros do TCU;
- d)** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 14.230, de 2021, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- e)** Apresentar declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as exigências e condições locais para cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme art. 67, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

7.1.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF;

7.1.3. Caso o SICAF não contemple todo o objeto deste Pregão, encaminhar o Contrato Social, Estatuto, ou documentos pertinentes, emitidos pela Junta Comercial da sede da licitante, que contemple o objeto, para fins de habilitação.

7.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

7.2.1. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.2.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.2.3. Prova de regularidade com a FAZENDA ESTADUAL, devidamente atualizada;

7.2.4. Prova de regularidade com a FAZENDA MUNICIPAL, devidamente atualizada;

7.2.5. Comprovação de regularidade com a FAZENDA FEDERAL, através da apresentação da CERTIDÃO DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, devidamente atualizada;

7.2.6. Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, conforme alínea "a" do artigo 27 da Lei nº. 8.036/90, devidamente atualizado;

7.2.7. Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, conforme Lei nº. 12.440/11, devidamente atualizada;

7.2.8. Declaração que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988.

7.2.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.2.10. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.2.11. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.3. Qualificação econômico-financeira

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

7.3.1. Certidão Negativa de Falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica há menos de 90 (noventa) dias da data para a apresentação da documentação, exceto quando dela constar o prazo de validade;

7.3.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação;

7.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

a)

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

b)

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

c)

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

7.3.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar

COMISSÃO DE CONFECÇÃO DE ETP E TRAvenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente;

7.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

7.4. Capacidade técnica-operacional

7.4.1. A comprovação de aptidão para desempenho do objeto licitado, em características técnicas similares ou equivalentes ao objeto deste Termo de Referência, que dar-se-á por intermédio de atestado(s) ou declaração(ões) em nome do licitante, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem experiência anterior pertinente;

7.4.2. Para fins de comprovação, deverão ser observados os seguintes critérios:

a) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

a) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

b) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

c) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias para comprovar a veracidade e a legitimidade dos atestados apresentados, comprometendo-se a apresentar, sempre que solicitado pela Administração, entre outros documentos pertinentes, cópia do contrato que fundamentou a prestação dos serviços, o endereço atualizado da contratante e a indicação do local onde os serviços foram efetivamente executados;

d) Serão aceitos as somatórias de atestados para fins de comprovação dos limites exigidos.

7.4.3. A exigência de comprovação da capacidade técnico-operacional tem por finalidade assegurar que a licitante possua experiência, estrutura organizacional e capacidade logística compatíveis com o fornecimento dos equipamentos objeto da contratação, garantindo regularidade no fornecimento, qualidade dos produtos e cumprimento das obrigações contratuais.

7.4.4. Os atestados apresentados deverão conter, no mínimo:

- a) identificação do emitente (CNPJ, endereço e responsável pela emissão);
- b) descrição do objeto executado;
- c) período de execução do fornecimento;
- d) declaração de que o fornecimento foi executado de forma satisfatória;
- e) data e assinatura do responsável pela emissão;
- f) quando aplicável, carimbo ou timbre da entidade emitente.

7.5. Habilitação Técnico-Profissional

7.5.1. Considerando que o objeto da presente contratação refere-se exclusivamente ao fornecimento de equipamentos de climatização, não sendo incluídas neste certame as atividades de instalação, manutenção ou operação dos sistemas, não será exigida, neste Termo de Referência, comprovação de qualificação técnico-profissional específica.

7.5.2. Ressalta-se que os serviços de instalação, manutenção preventiva e corretiva, remoção e realocação de equipamentos de climatização, inclusive aqueles relacionados a sistemas de maior complexidade tecnológica, como os sistemas do VRF (Fluxo de Refrigerante Variável), demandam atuação de profissionais especializados e habilitados tecnicamente, em razão das características técnicas, dimensionamento de carga térmica, configuração do sistema e integração entre unidades condensadoras e evaporadoras.

7.5.3. Em razão dessa complexidade técnica, a comprovação de **qualificação técnico-profissional** aplicável aos serviços mencionados será tratada em **processo administrativo distinto**, destinado especificamente à contratação de empresa especializada para execução desses serviços, ocasião em que serão definidos os requisitos técnicos e profissionais necessários à adequada execução das atividades.

7.6. Vistoria

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

7.6.1. Considerando a natureza do objeto e a modalidade de fornecimento pretendida, entende-se que, por se tratar da aquisição de central de ar, não há necessidade de realização de avaliação prévia dos serviços objetos deste Termo de Referência.

7.7. Critérios de Aceitação

7.7.1. A aceitação dos equipamentos fornecidos ficará condicionada à verificação do atendimento integral às especificações técnicas, quantitativas e qualitativas estabelecidas neste Termo de Referência, bem como às condições de desempenho, integridade e funcionalidade dos itens entregues.

7.7.2. Para fins de aceitação, serão observados, no mínimo, os seguintes critérios:

- a)** Todos os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, sem qualquer tipo de utilização anterior, não recondicionados e em regular linha de fabricação e comercialização no mercado.
- b)** Os equipamentos deverão ser entregues em perfeito estado de conservação, livres de avarias, danos físicos, sujeiras, oxidação, deformações ou quaisquer indícios de uso, armazenamento inadequado ou comprometimento estrutural.
- c)** Todos os componentes dos equipamentos e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, não sendo admitida a utilização de adaptações, improvisações, modificações estruturais, uso de peças não originais ou quaisquer soluções que comprometam a integridade, a segurança, o desempenho ou a vida útil dos equipamentos.
- d)** Nos casos dos sistemas de climatização do tipo VRF e Multi Split, todos os componentes que compõem cada sistema, incluindo unidades evaporadoras, condensadoras, interfaces de controle e demais elementos associados, deverão ser física e logicamente compatíveis entre si, não sendo admitidas adaptações, conversões, integrações forçadas ou quaisquer soluções que comprometam a comunicação entre os equipamentos, a estabilidade operacional, a eficiência do sistema, as condições de garantia ou o pleno funcionamento da solução fornecida.

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

e) Todos os equipamentos deverão possuir identificação do fabricante e demais elementos que permitam sua rastreabilidade, devendo tais informações estar legíveis, fixadas em local visível e compatíveis com a documentação apresentada.

f) Os equipamentos deverão atender às condições de desempenho e eficiência energética estabelecidas neste Termo de Referência, incluindo requisitos relacionados ao consumo energético, nível de ruído e demais características operacionais exigidas.

8. FORMA DA CONTRATAÇÃO

8.1. Classificação do Objeto

8.1.1. O objeto em questão que trata de aquisição de centrais de ar com tecnologia inverter é classificado como **bem comum**, nos termos inciso XIII, art. 6º da Lei nº 14.133/21, dada sua padronização, ampla oferta no mercado e facilidade de comparação objetiva entre propostas.

8.2. Indicação da incidência do Sistema de Registro de Preços (SRP)

8.2.1. O certame será realizado sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), na modalidade eletrônica, em conformidade com os arts. 2º, inciso I, e art. 3º da Resolução Legislativa nº 004/2025, que regulamenta o referido sistema no âmbito desta Casa Legislativa.

8.2.2. A adoção do SRP justifica-se pela natureza do objeto e pela conveniência administrativa de assegurar celeridade, economicidade, ampla concorrência e transparência no processo de contratação, bem como pela impossibilidade de definir previamente o quantitativo exato das contratações a serem efetivadas, nos termos do inciso IV do art. 3º da referida Resolução.

8.2.3. Nos termos do art. 2º, inciso IX, da Resolução Legislativa nº 004/2025 da ALE/RR, a Intenção de Registro de Preços (IRP) constitui instrumento que permite à Administração Pública divulgar suas intenções de contratação, viabilizando a participação de outros órgãos ou entidades interessados no mesmo objeto. No presente caso, **não se aplica**, pois os descritivos e quantitativos destinam-se exclusivamente às demandas desta Casa Legislativa, única contratante, afastando-se, portanto, a necessidade de sua disponibilização.

8.3. Tipo de contratação

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

8.3.1. Considerando a classificação do objeto, que permite aferir padrões de qualidade que podem ser objetivamente definidos, nos termos do art. 29 da Lei nº 14.133/21, a contratação será realizada por meio de **LICITAÇÃO**.

8.4. Modalidade de licitação

8.4.1. A presente licitação será processada na modalidade de **Pregão na sua forma Eletrônica**, nos termos do inciso XLI do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, que estabelece o Pregão como modalidade obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns. O objeto desta contratação enquadra-se como bem comum, caracterizado por padronização e ampla oferta no mercado, permitindo a comparação objetiva entre as propostas.

8.4.2. A modalidade escolhida atende aos princípios da ampla competitividade, transparência, celeridade e economicidade, assegurando à Administração Pública a obtenção da proposta mais vantajosa, em estrita conformidade com a legislação vigente.

8.5. Critério de julgamento da contratação

8.5.1. O critério de julgamento adotado para a presente licitação será o **menor preço por lote**, nos termos do art. 33, inciso I, combinado com o art. 34 da Lei nº 14.133/2021, assegurando que a proposta vencedora seja selecionada pelo menor dispêndio para a Administração, observados os padrões mínimos de qualidade exigidos no edital.

8.5.2. Nos termos do art. 40, §3º, da Lei nº 14.133/2021, foi avaliada a possibilidade de parcelamento do objeto, medida a ser adotada sempre que técnica e economicamente vantajosa para ampliar a competitividade. Considerando a divisibilidade técnica dos equipamentos, bem como a previsão de tratamento favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014, optou-se pela estruturação da contratação em 02 (dois) lotes, sendo um destinado à ampla concorrência e outro à participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME/EPP, observados os critérios técnicos, econômicos e operacionais adotados para a modelagem da contratação.

8.5.3. Embora os equipamentos sejam tecnicamente divisíveis, pertencem ao mesmo segmento de mercado, possuem características técnicas semelhantes e demandam padronização mínima para

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

assegurar eficiência operacional, uniformidade tecnológica e simplificação das rotinas de manutenção. Por essa razão, adotou-se o fracionamento quantitativo, e não qualitativo, preservando-se a padronização técnica e evitando discrepâncias entre modelos e fabricantes.

8.5.4. Ainda que a contratação envolva diferentes modelos e capacidades de equipamentos de climatização, definidos com base nas características estruturais e arquitetônicas dos ambientes institucionais, o parcelamento excessivo do objeto por tipologia ou especificação não se mostra a alternativa mais adequada, uma vez que tal medida poderia acarretar maior complexidade na gestão contratual, com impactos na padronização técnica, no controle das garantias, na logística de fornecimento e na eficiência operacional da Administração.

8.5.5. A experiência administrativa demonstra que a contratação de múltiplos fornecedores para itens similares tende a aumentar a complexidade da gestão contratual, dificultar a fiscalização, fragmentar o fornecimento, ampliar riscos de incompatibilidade técnica entre equipamentos e elevar custos indiretos relacionados à logística e ao acompanhamento contratual.

8.5.6. Dessa forma, o **agrupamento em 02 (dois) lotes** representa a solução mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e operacional, garantindo maior eficiência administrativa, padronização tecnológica e racionalização da gestão contratual.

8.5.7. A adoção do critério de menor preço por lote possibilita à Administração alcançar maior economicidade, otimizar a aplicação dos recursos públicos e, simultaneamente, assegurar competitividade entre os licitantes, mantendo a adequada execução da política pública e a observância do tratamento diferenciado legalmente previsto para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

8.6. Modo de Disputa

8.6.1. Nos termos do art. 56 da Lei nº 14.133/2021, o presente certame adotará o modo de disputa **aberto e fechado, na forma eletrônica.**

8.6.2. A adoção do modo de disputa combinado justifica-se pelas características da presente contratação, que contempla elevado quantitativo de equipamentos de climatização, distribuídos em 02 (dois) lotes, abrangendo diferentes capacidades e configurações técnicas, resultando em

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

contratação de significativo vulto econômico e ampla participação potencial de fornecedores especializados.

8.6.3. A etapa aberta possibilita ampla concorrência inicial entre os licitantes, permitindo sucessivos lances públicos e promovendo a redução gradativa dos preços ofertados, em observância aos princípios da competitividade e da busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

8.6.4. Encerrada a etapa aberta, a fase fechada possibilita que os licitantes mais bem classificados apresentem proposta final sigilosa, estimulando a formulação de ofertas mais competitivas e reduzindo a possibilidade de comportamento estratégico baseado exclusivamente no acompanhamento dos lances dos concorrentes.

8.6.5. A combinação das duas fases contribui para ampliar a eficiência econômica da contratação, uma vez que associa a ampla disputa inicial proporcionada pelo modo aberto à obtenção de descontos adicionais decorrentes da apresentação de propostas finais fechadas pelos licitantes melhor posicionados.

8.6.6. Considerando o valor estimado da contratação, a quantidade expressiva de equipamentos a serem adquiridos, a existência de ampla oferta de fornecedores no mercado nacional e a elevada competitividade esperada para o certame, entende-se que o modo de disputa aberto e fechado apresenta maior potencial de obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração quando comparado à adoção isolada do modo aberto.

8.6.7. Ademais, a utilização do modo de disputa aberto e fechado encontra respaldo nos princípios da eficiência, da economicidade, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, mostrando-se compatível com a natureza do objeto e com os objetivos da contratação.

8.6.8. A disputa ocorrerá em sessão pública eletrônica, observados os procedimentos estabelecidos no edital, sendo declarada vencedora a proposta que apresentar o menor preço, desde que atendidas todas as exigências de habilitação e conformidade técnica.

8.7. Critério de adjudicação

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

8.7.1. Embora o critério de julgamento seja **por lote**, a adjudicação deverá ser feita “por itens”, uma vez que para a modalidade de pregão eletrônico está condicionada a este modo de adjudicação.

8.8. Da possibilidade de participação ou não de consórcios de empresas.

8.8.1. Nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser admitida ou vedada pela Administração, desde que a decisão esteja devidamente motivada e fundamentada no processo administrativo.

8.8.2. Para a presente contratação, não será admitida a participação de empresas em consórcio.

8.8.3. A vedação à participação de consórcios fundamenta-se no fato de que o objeto consiste na aquisição de equipamentos de climatização amplamente disponíveis no mercado nacional, existindo número suficiente de empresas aptas a fornecer integralmente os itens previstos neste Termo de Referência, sem necessidade de associação entre pessoas jurídicas para demonstração de capacidade técnica, operacional ou econômico-financeira.

8.8.4. Embora a contratação contemple diferentes capacidades e configurações de equipamentos de climatização, os bens possuem natureza comum, especificações técnicas definidas e mercado fornecedor consolidado, não havendo complexidade extraordinária que justifique a reunião de empresas em consórcio para viabilizar a execução do objeto.

8.8.5. A admissão de consórcios, no presente caso, poderá reduzir a competitividade efetiva do certame ao possibilitar a associação entre empresas que, individualmente, já possuem condições de atender às exigências da contratação, reduzindo o universo de concorrentes e contrariando a busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

8.8.6. Ademais, a participação de empresas consorciadas tende a aumentar a complexidade da gestão contratual, especialmente quanto à definição de responsabilidades, fiscalização da execução, aplicação de penalidades, acionamento de garantias e acompanhamento das obrigações assumidas pelos integrantes do consórcio.

8.8.7. Dessa forma, considerando as características do objeto, a ampla disponibilidade de fornecedores no mercado, a inexistência de necessidade de conjugação de capacidades empresariais

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

e os princípios da eficiência, economicidade, competitividade e interesse público, fica vedada a participação de empresas reunidas em consórcio na presente licitação.

8.9. Do tratamento diferenciado para microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas.

8.9.1. Nos termos do art. 4º da Lei nº 14.133/2021 e dos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), o presente certame observará o tratamento jurídico favorecido às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e sociedades cooperativas, assegurando igualdade de condições, ampliação da competitividade e a promoção da função social das contratações públicas.

8.9.2. O art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014, estabelece que, nas licitações destinadas à aquisição de bens de natureza divisível, a Administração poderá reservar **até 25% (vinte e cinco por cento)** do objeto exclusivamente para a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, desde que tal medida não comprometa o conjunto ou o complexo do objeto.

8.9.3. O objeto desta contratação consiste no fornecimento de equipamentos de climatização, compreendendo centrais de ar-condicionado dos tipos Split Hi-Wall, Split Piso-Teto, Split Cassete, Multi Split Hi-Wall e VRF com unidades internas do tipo Cassete, com especificações técnicas padronizadas por faixa de capacidade térmica, desempenho uniforme e funcionamento autônomo, caracterizando-se como bem de natureza divisível, passível de fracionamento quantitativo.

8.9.4. Todavia, tal divisibilidade deve ser exercida de forma moderada e racional, uma vez que a fragmentação excessiva do objeto pode comprometer a eficiência administrativa, a padronização operacional e a gestão contratual, circunstâncias incompatíveis com os princípios da eficiência, economicidade e boa governança das contratações públicas.

8.9.5. Diante desse cenário, e considerando simultaneamente a viabilidade técnica de fracionamento quantitativo e o tratamento diferenciado previsto no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, a Administração optou por estruturar a contratação em 02 (dois) lotes, sendo: 01 (um) lote destinado exclusivamente à participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP) e 01 (um) lote destinado à ampla concorrência.

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

8.9.6. Para definição dos quantitativos destinados à cota reservada, foram considerados não apenas os aspectos quantitativos do objeto, mas também as características técnicas dos equipamentos, os valores estimados, a dinâmica do mercado fornecedor e a necessidade de preservação da competitividade e da adequada execução contratual.

- a) A distribuição dos quantitativos entre os lotes considerou não apenas a natureza divisível do objeto, mas também aspectos relacionados ao valor estimado dos equipamentos, ao grau de especialização tecnológica exigido e às condições do mercado fornecedor. Por essa razão, determinados itens permaneceram integralmente vinculados ao lote destinado à ampla concorrência, medida considerada mais adequada para assegurar competitividade, vantajosidade econômica e eficiência na execução contratual.

8.9.7. Em razão dessas particularidades, determinados equipamentos de maior complexidade tecnológica e maior valor agregado, especialmente aqueles relacionados aos sistemas Multi Split e VRF, permaneceram integralmente vinculados ao lote destinado à ampla concorrência, medida adotada com fundamento nos princípios da eficiência, da competitividade, da economicidade e da busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

8.9.8. Dessa forma, a cota reservada foi estabelecida em quantitativo compatível com as características do objeto e com as condições efetivamente verificadas no mercado, observando-se a natureza divisível dos bens e a necessidade de assegurar participação efetiva das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sem comprometer a competitividade do certame ou a adequada execução contratual.

8.9.9. Ressalta-se que a existência de lote destinado exclusivamente às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte não impede a participação dessas empresas no lote destinado à ampla concorrência, nos termos da legislação aplicável, podendo concorrer em igualdade de condições com os demais licitantes, desde que atendidos os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

8.9.10. A presente configuração amplia a competitividade do certame, promove o tratamento favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, evita a fragmentação excessiva do objeto, preserva a padronização técnica dos equipamentos e assegura compatibilidade com as

necessidades institucionais da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR, sem prejuízo à eficiência administrativa, à economicidade e à adequada gestão contratual.

LOTE 01 - COTA RESERVADO (ME/EPP)		
ITEM	DESCRIÇÃO - CAPACIDADE (BTUS)	QUANTIDADE
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT HI-WALL		
01	Central de Ar tipo split Hi-wall – 9.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	4 Unidades
02	Central de Ar tipo split Hi-wall – 12.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	21 Unidades
03	Central de Ar tipo split Hi-wall – 18.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	15 Unidades
04	Central de Ar tipo split Hi-wall – 24.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	12 Unidades
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT PISO-TETO		
05	Central de Ar tipo split Piso-Teto – 30.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	5 Unidades
06	Central de Ar tipo split Piso-Teto – 48.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	2 Unidades
07	Central de Ar tipo split Piso-Teto – 55.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	3 Unidades
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT CASSETE		
08	Central de Ar tipo split Cassete - 12.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	2 Unidades
09	Central de Ar tipo split Cassete - 18.000 BTU'S (Condensadora e evaporadora)	2 Unidades
10	Central de Ar tipo split Cassete - 22.000 BTU'S (Condensadora e evaporadora)	2 Unidades
11	Central de Ar tipo split Cassete - 24.000 BTU'S (Condensadora e evaporadora)	2 Unidades
12	Central de Ar tipo split Cassete - 36.000 BTU'S (Condensadora e evaporadora)	2 Unidades
13	Central de Ar tipo split Cassete - 55.000 BTU'S (Condensadora e evaporadora)	2 Unidades
TOTAL DE EQUIPAMENTOS PARA ME/EPP		74 Equipamentos

LOTE 02 - AMPLA CONCORRÊNCIA		
ITEM	DESCRIÇÃO - CAPACIDADE (BTUS)	QUANTIDADE
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT HI-WALL		
14	Central de Ar tipo split Hi-wall – 9.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	14 Unidades

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

15	Central de Ar tipo split Hi-wall – 12.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	64 Unidades
16	Central de Ar tipo split Hi-wall – 18.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	75 Unidades
17	Central de Ar tipo split Hi-wall – 24.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	63 Unidades
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT PISO-TETO		
18	Central de Ar tipo split Piso-Teto – 30.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	15 Unidades
19	Central de Ar tipo split Piso-Teto – 48.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	8 Unidades
20	Central de Ar tipo split Piso-Teto – 55.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	11 Unidades
21	Central de Ar tipo split Piso -Teto – 70.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	3 Unidades
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT CASSETE		
22	Central de Ar tipo split Cassete - 12.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	8 Unidades
23	Central de Ar tipo split Cassete - 18.000 BTU'S (Condensadora e evaporadora)	8 Unidades
24	Central de Ar tipo split Cassete - 22.000 BTU'S (Condensadora e evaporadora)	8 Unidades
25	Central de Ar tipo split Cassete - 24.000 BTU'S (Condensadora e evaporadora)	8 Unidades
26	Central de Ar tipo split Cassete - 36.000 BTU'S (Condensadora e evaporadora)	8 Unidades
27	Central de Ar tipo split Cassete - 55.000 BTU'S (Condensadora e evaporadora)	8 Unidades
CENTRAIS DE AR TIPO MULTI SPLIT HI-WALL		
28	Central de ar Multi Split Hi-Wall 18.000 BTU's (01 condensadora e 02 evaporadora de 9.000 btus)	2 Unidades
29	Central de ar Multi Split Hi-Wall 24.000 BTU's (01 condensadora e 02 evaporadora de 12.000 btus)	2 Unidades
CONJUNTO VRF CASSETE		
Central de ar-condicionado tipo VRF, capacidade nominal de 10 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 120.000 BTU/h, composta por 01 unidade externa tipo condensadora VRF e 03 unidades internas tipo evaporadora cassete 4 vias, sendo 02 evaporadoras de 36.000 BTU/h e 01 evaporadora de 48.000 BTU/h		
30	EVAPORADORA VRF - tipo cassete de 36.000 BTU/h	2 Unidades
31	EVAPORADORA VRF - tipo cassete de 48.000 BTU/h	1 Unidade
32	CONDENSADORA VRF - unidade externa tipo VRF cassete, capacidade nominal de 10 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 120.000 BTU/h	1 Unidade
CONJUNTO VRF CASSETE (01 conjunto)		
Central de ar-condicionado tipo VRF, capacidade nominal de 10 TR, equivalente a aproximadamente 120.000 BTU/h, composta por 01 unidade externa tipo condensadora VRF e 06 unidades internas tipo evaporadora cassete 4 vias, sendo 02 evaporadoras de 12.000 BTU/h e 04 evaporadoras de 24.000 BTU/h		
33	EVAPORADORA VRF - tipo cassete de 12.000 BTU/h	2 Unidades

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

34	EVAPORADORA VRF- tipo cassete de 24.000 BTU/h	4 Unidades
35	CONDENSADORA VRF- unidade externa tipo VRF cassete, capacidade nominal de 10 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 120.000 BTU/h	1 Unidade
CONJUNTO VRF CASSETE (01 conjunto) Central de ar-condicionado tipo VRF, capacidade nominal de 15 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 180.000 BTU/h, composta por 01 unidade externa tipo condensadora VRF e 03 unidades internas tipo evaporadora cassete 4 vias, sendo 03 evaporadoras de 60.000 BTU/h		
36	EVAPORADORA VRF - tipo cassete de 60.000 BTU/h	03 Unidades
37	CONDENSADORA VRF - unidade externa tipo VRF cassete, capacidade nominal de 15 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 180.000 BTU/h	01 Unidade
CONJUNTO VRF CASSETE (01 conjunto) Central de ar-condicionado tipo VRF, capacidade nominal de 15 TR, equivalente a aproximadamente 180.000 BTU/h, composta por 01 unidade externa tipo condensadora VRF e 06 unidades internas tipo evaporadora cassete 4 vias, sendo 03 evaporadoras de 36.000 BTU/h e 03 evaporadoras de 24.000 BTU/h,		
38	EVAPORADORA VRF - tipo cassete de 24.000 BTU/h	03 Unidades
39	EVAPORADORA VRF - tipo cassete de 36.000 BTU/h	03 Unidades
40	CONDENSADORA VRF - unidade externa tipo VRF cassete, capacidade nominal de 15 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 180.000 BTU/h	01 Unidade
TOTAL DE EQUIPAMENTOS PARA AMPLA CONCORRÊNCIA		327 Equipamentos

8.9.12. A presente estruturação dos lotes foi analisada à luz das hipóteses previstas no art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006, não se verificando risco de prejuízo ao conjunto do objeto, à competitividade do certame ou à adequada execução contratual.

8.9.13. Dessa forma, adotou-se o modelo de 02 (dois) lotes, sendo um correspondente à cota reservada às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP) e outro destinado à ampla concorrência, estrutura que se mostra tecnicamente coerente, compatível com as necessidades institucionais da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR, e alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e boa governança das contratações públicas.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

9.1. Subcontratação

9.1.1. Não serão admitidas subcontratações total ou parcial do objeto, que ficará a cargo da CONTRATADA a integral execução do objeto.

9.2. Amostras

9.2.1. Devido às características do objeto, fica dispensada a apresentação de amostras, haja vista a desnecessidade prática, cujo único efeito seria restringir a competitividade, em desacordo com os princípios da ampla participação e isonomia.

9.3. Garantia contratual

9.3.1. Nos termos do Art. 98 da Lei nº 14.133/2021, e em observância ao Art. 11, §3º, do Anexo VIII da Resolução Legislativa nº 001/2024 da ALE/RR, considerando que o objeto da presente contratação consiste no fornecimento de bens comuns, padronizados, com entrega imediata ou parcelada, e que eventuais prejuízos poderão decorrer do não cumprimento integral das quantidades solicitadas, a CONTRATADA deverá apresentar garantia contratual correspondente a 1% (um por cento) do valor inicial do contrato, como forma de assegurar a fiel execução das obrigações assumidas.

9.3.2. A garantia contratual tem por finalidade proteger a Administração Pública contra prejuízos decorrentes de inadimplemento, atraso na entrega ou fornecimento de bens ou serviços em quantidade ou qualidade inferior à contratada, considerando o valor total da contratação e os riscos de inexecução, em estrita observância ao art. 98 da Lei nº 14.133/2021.

9.3.3. Para atender a essa finalidade, a CONTRATADA poderá optar livremente pela modalidade de garantia prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, observadas as disposições legais aplicáveis, assegurando cobertura integral das obrigações contratuais proporcionais ao valor contratado.

9.4. A CONTRATADA deverá apresentar a garantia conforme os dispostos no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 e deverá seguir os prazos nele estabelecido, devendo, em qualquer das modalidades apresentar a garantia até o ato de assinatura do contrato.

9.5. Critérios de sustentabilidade

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

9.5.1. Para assegurar o cumprimento de padrões ambientais e de eficiência energética, a CONTRATADA deverá empregar equipamentos que atendam a critérios de sustentabilidade, incluindo durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental, além de atender aos seguintes requisitos:

9.5.1. Observar todas as regras ambientais aplicáveis às atividades potencialmente poluidoras previstas na legislação vigente.

9.5.2. Garantir que os equipamentos possuam aprovação no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) do INMETRO, com comprovação de conformidade por meio da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), afixada ao produto ou à sua embalagem.

9.5.3. Deverá ser assegurada a aquisição de produtos com ENCE de classe “A”, correspondente à maior eficiência energética, admitindo-se, em caráter excepcional, classes inferiores apenas quando as condições de mercado não permitirem a disponibilidade da classe “A”.

9.5.4. Dar-se-á preferência a equipamentos com tecnologia inverter, em razão da comprovada redução no consumo de energia elétrica em comparação a equipamentos sem essa tecnologia.

9.5.5. Garantir que os equipamentos utilizem gases ecológicos no funcionamento, que não emitam clorofluorcarbonos (CFCs), substâncias prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente.

10. MODO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1. Da entrega do produto

10.1.1. A entrega dos bens será realizada, mediante emissão e recebimento da requisição de material (RM) ou documento equivalente, conforme especificado na requisição e de acordo com a quantidade solicitada.

10.1.2. A CONTRATADA deverá entregar o material no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da requisição de material (RM), ou documento similar;

a) Se necessário a CONTRATADA deverá solicitar em tempo hábil a prorrogação do prazo de entrega ao setor responsável pela gestão do contrato;

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

b) Quando autorizada a prorrogação pelo gestor do contrato, não poderá ultrapassar igual período especificado neste subitem.

10.1.3. As entregas deverão ocorrer em dias úteis, no horário de expediente da ALE/RR, no local previamente indicado pela Administração, devidamente identificado na nota de empenho ou da Requisição de Material (RM).

10.1.4. Os prazos que vierem a ser em dia que não haja expediente na ALE/RR ou que o expediente seja reduzido, ficam automaticamente prorrogados para o dia útil seguinte.

10.2. Local e data da entrega dos produtos

10.2.1. Os equipamentos deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua João Barbosa, nº 78, Bairro Mecejana, Boa Vista/RR – CEP: 69303-330.

10.2.2. A entrega deverá ser realizada durante o horário de expediente compreendido no período das 8h às 12h e 14h às 18h, de segunda a sexta-feira.

10.2.3. Eventual mudança no endereço de entrega dos equipamentos será informada à CONTRATADA de forma prévia e oportuna, mediante comunicação formal emitida pela Administração.

10.3 Forma de execução do Objeto

10.3.1. A execução do objeto desta contratação ocorrerá mediante **fornecimento dos equipamentos conforme demanda da Administração**, em conformidade com as condições, especificações técnicas e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

10.3.2. O objeto compreende a aquisição e entrega de centrais de ar-condicionado dos tipos Split Hi-Wall, Split Piso-Teto, Split Cassete, Multi Split Hi-Wall e VRF com unidades internas do tipo Cassete, dotados de tecnologia Inverter, incluindo os componentes necessários ao seu pleno funcionamento, os quais deverão ser entregues no depósito da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR, conforme cronograma ou solicitação formal da Administração.

10.3.3. No ato da entrega, deverá ser realizada a verificação da integridade física dos equipamentos, bem como a conferência das especificações técnicas, quantidades e documentação correspondente,

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

incluindo manuais de operação e termos de garantia, assegurando que os equipamentos estejam aptos para utilização.

10.3.4. A CONTRATADA será integralmente responsável pela logística de transporte, carregamento, descarregamento e entrega dos equipamentos, bem como pela adoção de práticas ambientalmente adequadas quanto ao descarte de embalagens e resíduos eventualmente gerados durante o processo de entrega.

10.3.5. Não haverá necessidade de disponibilização de infraestrutura ou recursos operacionais por parte da Administração para o transporte ou movimentação dos equipamentos, cabendo exclusivamente à CONTRATADA todas as responsabilidades relacionadas ao transporte, acondicionamento, manuseio e entrega.

10.3.6. Toda a estrutura logística, equipamentos e recursos humanos necessários à perfeita execução do fornecimento deverão ser providos exclusivamente pela **CONTRATADA**, garantindo que os equipamentos sejam entregues em condições adequadas de transporte e conservação.

10.3.7. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, acondicionados em embalagem original do fabricante, devidamente lacrados, da mesma marca e modelo apresentados na proposta vencedora, acompanhados da documentação técnica e catálogo do fabricante, quando aplicável.

10.4. Cronograma de Execução do Objeto

ETAPA	TAREFA	PRAZO	RESPONSÁVEL
INÍCIO DA EXECUÇÃO	Assinatura do Contrato	A assinatura se dará entre as partes e será marco inicial da vigência do contrato.	Gestor do Contrato
	Emissão de Requisição de Material	A partir da assinatura do contrato, conforme solicitação formal da Administração.	Setor Requisitante
ENTREGAS E	Recebimento Provisório	Até 5 (cinco) dias após a entrega do objeto.	Fiscal do Contrato
	Substituição de equipamentos com defeito ou entregues em desacordo com as especificações	Prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após notificação.	Contratada

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

FISCALIZAÇÃO	Recebimento Definitivo	Até 5 (cinco) dias corridos a contar do recebimento provisório.	Gestor do contrato
LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO	Emissão de Nota Fiscal ou documento equivalente, devidamente discriminado.	Após o recebimento definitivo do objeto.	Contratada.
	Pagamento do objeto	Até 30 (trinta) dias úteis da emissão da Nota Fiscal/documento equivalente.	Setor Financeiro
ENCERRAMENTO CONTRATUAL	Notificação de término contratual.	No mínimo 60 (sessenta) dias antes do término da vigência contratual.	Gestor do Contrato

10.5. Definição de Mecanismos para Atendimento a Eventuais Necessidades de Materiais Específicos

10.5.1. Para a presente contratação, não se faz necessário o fornecimento ou a utilização de materiais específicos.

10.6. Previsão dos Recursos Necessários para a Execução Contratual

10.6.1. Não há previsão de recursos adicionais específicos para a execução do objeto contratual.

10.7. Procedimentos, Metodologias e Tecnologias a Serem Empregados

10.7.1. Não estão previstos procedimentos, metodologias ou tecnologias específicas para a execução do objeto desta contratação, considerando que o padrão “Inverter” já constitui tecnologia usual de mercado.

10.8. Garantia e Assistência Técnica do Objeto

10.8.1. O objeto contratado deverá possuir **garantia mínima de 12 (doze) meses**, prestada pelo fornecedor e pelo fabricante, abrangendo defeitos de fabricação ou falhas que comprometam o pleno funcionamento dos equipamentos, ou pelos prazos superiores eventualmente oferecidos pelo fabricante, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, nos termos da legislação aplicável.

10.8.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a Administração Pública, incluindo equipamentos, transporte e deslocamento técnico.

10.8.3. Os equipamentos que apresentarem vício, defeito de fabricação ou funcionamento irregular durante o período de garantia deverão ser substituídos por equipamentos novos, de primeiro uso, originais e com especificações equivalentes ou superiores, sem custos adicionais para a Administração.

10.8.4. A garantia legal aplicável aos produtos possui prazo de vigência próprio, independente daquele estabelecido contratualmente, podendo a Administração adotar as medidas administrativas cabíveis em caso de descumprimento das condições de garantia, ainda que após o encerramento da vigência contratual.

10.8.5. A assistência técnica relacionada à manutenção preventiva ou corretiva dos equipamentos não integra o escopo da presente contratação, sendo objeto de contratação específica por meio de processo administrativo distinto. Nesse sentido, a CONTRATADA responderá exclusivamente pela substituição dos equipamentos que apresentarem defeitos de fabricação, vícios ou desconformidade com as especificações técnicas, durante o período de garantia.

10.9. Condições e Prazo para Refazimento ou Substituição do Objeto

10.9.1. Constatados equipamentos entregues com defeito, avaria, vício de fabricação ou em desacordo com as especificações contratuais, a **CONTRATADA deverá realizar a substituição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, contados da notificação formal, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

11. OBRIGAÇÃO DAS PARTES

11.1. Obrigações da contratada

11.1.1. Cumprir integralmente as disposições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

COMISSÃO DE CONFECÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

11.1.2. Entregar os equipamentos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local estabelecidos, acompanhados de Nota Fiscal discriminada contendo marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia.

11.1.3. Fornecer os equipamentos embalados adequadamente, de modo a impedir danos durante o transporte e armazenamento até a entrega definitiva.

11.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas e no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, quaisquer equipamentos ou componentes que apresentem defeito de fabricação, vício oculto ou qualquer anomalia que comprometa o desempenho adequado do objeto.

11.1.5. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência que possa impedir ou atrasar o cumprimento das obrigações assumidas, prestando os esclarecimentos necessários.

11.1.6. Proceder, às suas expensas, à obtenção de todas as licenças, registros, autorizações e certificações eventualmente exigidas para o fornecimento e a plena regularização do objeto do contrato.

11.1.7. Não transferir, no todo ou em parte, a terceiros, as responsabilidades e obrigações decorrentes deste contrato.

11.1.8. Responsabilizar-se integralmente pelos equipamentos contratados, nas quantidades e padrões estabelecidos, respondendo pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros.

11.1.9. Indicar preposto responsável pela interlocução com a CONTRATANTE.

11.1.10. Garantir que os equipamentos atendem integralmente às normas técnicas vigentes da ABNT, Inmetro e demais órgãos reguladores competentes, respondendo integralmente pela qualidade, procedência e originalidade.

11.1.11. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, comprovando sempre a regularidade documental quando solicitado.

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

11.1.12. Cumprir rigorosamente os prazos de entrega estabelecidos no cronograma contratual, sob pena de aplicação das sanções legais previstas no contrato e na legislação vigente.

11.1.13. Assumir integralmente todas as despesas decorrentes da execução do contrato, incluindo tributos, taxas, fretes, seguros e prestação de garantia dos equipamentos.

11.1.14. Responder formalmente às notificações da CONTRATANTE sobre falhas, irregularidades ou defeitos verificados nos equipamentos, providenciando a correção, substituição ou complementação dentro do prazo estabelecido.

11.1.15. Corrigir qualquer documentação incorreta (Notas Fiscais/Fatura) devolvida pela CONTRATANTE, dentro do prazo definido para a regularização, assegurando a conformidade completa com as exigências fiscais e contratuais.

11.1.16. Fornecer relatórios, comprovantes de entrega, certificados de qualidade ou quaisquer documentos que demonstrem a conformidade dos equipamentos com as especificações do contrato, sempre que solicitado pela CONTRATANTE.

11.1.17. Manter, durante toda vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

11.2. Obrigação da contratante

11.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

11.2.2. Exercer a fiscalização, coordenação e acompanhamento da execução do contrato, por meio de servidores especialmente designados para este fim, independentemente do acompanhamento e controle exercidos diretamente pela CONTRATADA.

11.2.3. Comunicar, por escrito, à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência acerca dos fornecimentos efetuados, incluindo imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que sejam substituídos, reparados ou corrigidos.

11.2.4. Conferir os documentos de comprovação do fornecimento (Notas Fiscais/Faturas) e, estando devidamente corretos, atestar os materiais; caso apresentem falhas ou incorreções, devolvê-los à CONTRATADA para correção.

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

11.2.5. Receber os equipamentos ou materiais fornecidos, verificando minuciosamente a conformidade dos bens provisoriamente recebidos com as especificações constantes do Termo de Referência, Edital, proposta ou Ata de Registro de Preços, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

11.2.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto.

11.2.7. Notificar a CONTRATADA sobre eventuais atrasos na entrega dos materiais e/ou sobre a aplicação de eventuais sanções previstas em Contrato.

11.2.8. Não receber materiais que estejam em desacordo com as especificações, bem como devolver aqueles que, recebidos provisoriamente, apresentarem discrepâncias em relação às especificações.

11.2.9. Exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições da CONTRATADA que ensejaram sua contratação, tais como documentos de regularidade fiscal (Certidões Negativas de Débito Municipal, Estadual, Dívida Ativa da União e Previdenciária, FGTS e Trabalhista).

11.2.10. Aplicar ao fornecedor registrado as sanções administrativas, regulamentares e contratuais cabíveis, sempre que houver descumprimento das obrigações estabelecidas.

11.2.11. Esclarecer que a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.2.12. O ônus referente à instalação dos equipamentos será de responsabilidade desta Casa Legislativa.

12. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

12.1. Fiscalização

12.1.1. A fiscal do contrato será a servidora **Sandra dos Reis Silva, matrícula nº 27.180** e a fiscal suplente será a servidora **Ivina Mara da Silva Cruz, matrícula nº 35.029**.

12.1.2. A execução das obrigações contratuais integrantes do objeto deste instrumento será fiscalizada por representantes especialmente designados, observando-se o exato cumprimento das cláusulas contratuais e condições estabelecidas, determinando medidas necessárias à regularização de falhas, conforme Art. 117, caput, da Lei nº 14.133/21, sendo responsável por repassar decisões a seu superior para aprovação.

12.1.3. O fiscal do contrato acompanhará toda a execução contratual, garantindo o fiel cumprimento das condições contratuais e a obtenção dos melhores resultados para a Administração, em consonância com o Art. 115 da Lei nº 14.133/21.

12.1.4. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme prevê o art. 117, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.5. Havendo qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações formais à CONTRATADA, estipulando prazo para correção.

12.1.6. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

12.1.7. Caso ocorram eventos que possam inviabilizar a execução do contrato dentro dos prazos estabelecidos, o fiscal comunicará imediatamente o gestor do contrato, permitindo ações corretivas e mitigação de riscos.

12.1.8. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

12.1.9. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TRAvenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

12.1.10. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

12.2. Gestor do Contrato

12.2.1. O gestor do contrato será à Superintendência de Logística e Gestão Patrimonial, representada pelo servidor **JOSIMAR NETO FRAZÃO, Matrícula nº 26.029.**

12.2.2. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

12.2.3. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

12.2.4. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

12.2.5. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

12.2.6. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal.

12.3. Da comunicação a ser estabelecida pelas partes

12.3.1. As comunicações entre a ALE/RR e a CONTRATADA deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

a) Considera-se meio formal e oficial para comunicação eletrônica, no âmbito deste contrato, o endereço de e-mail institucional logistica.alerr.2021@gmail.com.

12.3.2. A ALE/RR poderá convocar o representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, especialmente quanto à entrega, substituição ou regularização de equipamentos fornecidos.

12.3.3. A ausência de comunicação por parte da CONTRATANTE, referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas no contrato, especialmente quanto ao cumprimento dos prazos de entrega e das condições de garantia.

12.3.4. A CONTRATADA se obriga a permitir que a auditoria interna da CONTRATANTE ou auditoria externa por ela indicada tenha acesso a todos os documentos que digam respeito à contratação, inclusive notas fiscais, comprovantes de entrega e certificados de garantia dos equipamentos.

12.3.5. À CONTRATANTE é facultado o acompanhamento do ato de entrega e recebimento dos equipamentos, juntamente com representante da CONTRATADA, para verificação da conformidade dos bens com as especificações contratuais.

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

13.1. Início da execução contratual

13.1.1. A execução do objeto será avaliada pelo fiscal designado, com base nas disposições da Resolução Legislativa nº 001/2024 da ALE/RR e da Lei nº 14.133/2021, considerando qualidade, quantidade, funcionamento e conformidade técnica do objeto entregue.

13.1.2. A CONTRATADA estará sujeita a retenção ou glosa proporcional no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso:

- a) Não entregue o equipamento conforme especificações do contrato;
- b) Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas;

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

c) Deixar de fornecer os materiais exigidos para a execução do objeto, ou fornecê-los em qualidade ou quantidade inferior às especificações demandadas.

13.1.3. Todas as notificações sobre irregularidades deverão ser formalizadas pelo fiscal ou gestor do contrato, com comunicação por escrito à CONTRATADA, estabelecendo prazo para correção ou substituição dos itens identificados.

13.2. Recebimento do objeto

13.2.1. O recebimento provisório das aquisições será realizado pelo Fiscal do Contrato, em até 05 (cinco) dias corridos após a entrega do(s) objeto(s), mediante registro de conformidade preliminar, que verificará as exigências quanto às especificações técnicas, quantidade e qualidade.

a) O Fiscal lavrará relatório circunstanciado contendo registro, análise e conclusão acerca da conformidade do objeto entregue, encaminhando-o ao Gestor do Contrato, acompanhado dos documentos comprobatórios, quando for o caso;

b) Os objetos que não atenderem às condições previstas poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, cabendo à Contratada substituí-los no prazo fixado pela Administração.

13.2.2. O recebimento definitivo será formalizado pelo Gestor do Contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos a contar do recebimento provisório, mediante emissão de termo detalhado que comprove a conformidade integral do objeto às exigências contratuais.

13.2.3. O recebimento, provisório ou definitivo, não excluirá a responsabilidade da Contratada quanto à garantia de funcionamento, qualidade e segurança do objeto, bem como à reparação de eventuais vícios, defeitos ou falhas constatados, nos termos do §2º do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

13.3. Substituição do objeto

13.3.1. Constatada qualquer desconformidade entre o equipamento entregue e as especificações previstas neste Termo de Referência, os Fiscais do Contrato deverão lavrar Termo de Recusa e Devolução, registrando formalmente todas as irregularidades identificadas.

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

13.3.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as disposições contratuais, nos termos do §1º do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

13.3.3. O equipamento rejeitado deverá ser substituído pela CONTRATADA no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação da Administração.

13.3.4. O descumprimento do prazo de substituição será considerado atraso na entrega e sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável, incluindo multas, advertências e eventual rescisão contratual, nos termos dos Arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

13.3.5. Todos os custos decorrentes da substituição dos equipamentos rejeitados correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA, sem ônus para a Administração, conforme estabelece o Art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. Pagamento

13.4.1. A CONTRATANTE efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias úteis do mês subsequente ao da entrega do equipamento, após Nota Fiscal e/ou Fatura devidamente atestada pelo fiscal designado e será creditada por meio de Ordem Bancária na Conta Corrente indicada na proposta.

13.4.2. A Nota Fiscal/Fatura que apresentar erro ou rasura deverá ser imediatamente substituída, ficando o pagamento susinado até que a CONTRATADA providencie a correção.

13.4.3. No preço contratado deverão estar inclusos todos os tributos, taxas, encargos, seguro e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto.

13.4.4. Nenhum pagamento será efetuado em desacordo com as disposições do item 13.4.1 deste Termo de Referência, sendo garantida a observância da ordem de preferência na quitação de solicitações de pagamento, conforme Art. 63 da Resolução Legislativa nº 001/2024 e o caput do Art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

13.5. Forma de pagamento

13.5.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA, observada a ordem cronológica das exigibilidades.

13.5.2. Será considerada como data do pagamento aquela em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.6. Instrumento de medição de resultados (IMR)

13.6.1. Não é possível aferir a medição de resultados para este objeto, tendo em vista que os produtos entregues deverão ser os mesmos apresentados na proposta da contratada.

14. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos do artigo 83 da Resolução Legislativa nº 001/2024, de 08 de abril de 2024 em consonância aos artigos 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou o contratado ficará sujeito à responsabilização administrativa pela prática das infrações previstas em lei e neste Termo de Referência, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

14.1.1. Constituem infrações administrativas, entre outras, as seguintes condutas:

- a)** dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** dar causa à inexecução total do contrato;
- d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- f)** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.1.2. A ocorrência de qualquer das infrações acima ensejará a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, neste Termo de Referência e posteriormente em edital e/ou contrato.

14.2. Para estas possibilidades serão aplicadas as seguintes sanções, de acordo com o art. 156 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá aplicar ao licitante ou ao contratado que incorrer em quaisquer das infrações previstas no art. 155 da referida Lei, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, as seguintes sanções administrativas:

14.2.1. ADVERTÊNCIA - aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na *alínea “a” do subitem 14.1.1*, sempre que não se justificar a imposição de penalidades mais graves.

14.2.2. MULTA - aplicada sobre qualquer infração administrativa, inclusive cumulativamente, prevista nos subitens do item *14.1.1*, das seguintes formas:

a) Moratória: para infrações descritas na *alínea “d” do subitem 14.1.1*, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento);

- Caso o atraso ultrapasse 25 dias, poderá ensejar a rescisão contratual, nos termos do art. 137, I, da Lei nº 14.133/2021.

b) Monetária: para atraso na apresentação, reposição ou suplementação da garantia contratual (art. 96 da Lei nº 14.133/2021) de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total do contrato, limitado a 2% (dois por cento);

- Persistindo o atraso por mais de 25 dias, aplica-se a extinção do contrato por descumprimento contratual.

c) Compensatória: para infrações previstas na *alínea “a” do subitem 14.1.1*, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação;

d) Compensatória: para infrações previstas na *alínea “b” do subitem 14.1.1*, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

- e) Compensatória: para inexecução total do contrato previsto na *alínea “c” do subitem 14.1.1*, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação;
- f) Compensatória: em substituição à multa moratória descrita para a *alínea “d” do subitem 14.1.1*, de 3% (três por cento) a 7% (sete por cento) do valor da contratação;
- g) Compensatória: para as infrações descritas nas *alíneas “e” a “i” do subitem 14.1.1*, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

14.2.3. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR - quando praticadas as condutas descritas nas *alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 14.1.1*, sempre que não se justificar a imposição de penalidades mais grave;

14.2.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas *alíneas “e”, “f”, “g”, “h” e “i” do subitem 14.1.1*, bem como nas *alíneas “b”, “c” e “d” do mesmo subitem*, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

14.3. As sanções previstas nos subitens *14.2.1, 14.2.3 e 14.2.4* poderão ser aplicadas juntamente com a sanção prevista no subitem *14.2.2*, facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, na forma do art. 157 da Lei nº 14.133/2021.

14.3.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.3.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

14.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

14.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

14.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

14.6.2. As periculosidades do caso concreto;

14.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.6.4. Os danos que dela provierem para a Contratante; e

14.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

15. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.1. O custo total estimado para a eventual aquisição de centrais de ar-condicionado dos tipos **Split Hi-Wall, Split Piso-Teto, Split Cassete, Multi Split Hi-Wall (Inverter) e sistemas VRF Cassete** é de R\$ 2.359.764,68 (Dois milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, setecentos e sessenta e quatro reais e sessenta e oito centavos).

15.2. Dos Reajustes

15.2.1. Os preços dos bens objeto deste certame são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data limite para apresentação das propostas.

15.2.2. Após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços poderão ser reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, conforme Termo de Referência.

15.2.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

15.2.4. O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

15.3. Condições de importação e data de câmbio para a conversão

15.3.1. Considerando as características do objeto deste certame e a inexistência de relação direta com “importação ou tributos cambiais”, verifica-se que, no presente caso, não se aplica a exigência prevista no inciso XV do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento desta Casa Legislativa.

a) Programa de trabalho: 01.101.01.031.001.2011;

b) Natureza de despesa: 4.4.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES;

c) Subelemento de despesa: 39 – EQUIP/REFRIGERAÇÃO E COND DE AR;

d) Fonte: 1.500;

e) Cód. de Acompanhamento: 0000.

16.2 A Disponibilidade orçamentária será solicitada após a Controladoria Geral realizar a análise de conformidade dos aspectos técnicos e controle preventivo, nos termos do inciso II, do art. 169, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

17. ANEXOS

17.1. Detalhamento dos Valores Estimados

17.2. Detalhamento dos Valores por Lote

18. RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

Agentes responsáveis pela pesquisa de preços e finalização do projeto básico/ termo de referência na Superintendência Administrativa e respectivo Supervisor (art. 26, inciso II, anexo VIII, da Resolução Legislativa nº 001/2024 - ALE/RR):

(assinado eletronicamente)

Liana Daniela dos Santos Silva

Diretora Administrativa

Matrícula nº 34.552

(assinado eletronicamente)

RAFFAEL ALVES DA COSTA

Superintendente Administrativo

Matrícula nº 20012

Agentes das áreas requisitante e técnica que o elaboraram (art. 26, inciso I, anexo VIII, da Resolução Legislativa nº 001/2024 - ALE/RR):

Elaborado por:

THAINARA MEDEIROS DE SOUSA

Membro da Comissão de Confecção de ETP e TR

Matrícula nº 33.142

Aprovado por:

JOSIMAR NETO FRAZÃO

Superintendente de Logística e Gestão Patrimonial

Matrícula nº 26.029

COMISSÃO DE CONFECÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

55

Assinado eletronicamente por **LIANA DANIELA DOS SANTOS SILVA**, Diretor(a) da SUPADM, em 08/06/2026 15:17:34

Assinado eletronicamente por **JOSIMAR NETO FRAZAO**, Superintendente de Logística e Gestão Patrimonial, em 09/06/2026 09:18:02

Assinado eletronicamente por **THAINARA MEDEIROS DE SOUSA**, Membro de Comissão, em 09/06/2026 09:09:52

Assinado eletronicamente por **RAFFAEL DOS SANTOS ALVES**, Superintendente de Logística e Serviços, em 09/06/2026 11:27:20

Para conferir a autenticidade do documento acesse o endereço <http://grp.al.rr.leg.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela **ASSINADO ELETRONICAMENTE**

ANEXO I – DETALHAMENTO DOS VALORES ESTIMADOS

SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	FONTE	Valor Unit. Médio Coletado	Valor Total Estimado
1	Central de ar-condicionado, tipo split hi-wall, tecnologia inverter, com capacidade 9.000 BTUs, (condensadora e evaporadora).	UND	18	BANCO DE PREÇOS	R\$ 2.265,34	R\$ 40.776,12
2	Central de ar-condicionado, tipo split hi-wall, tecnologia inverter, com capacidade 12.000 BTUs, (condensadora e evaporadora).	UND	85	BANCO DE PREÇOS	R\$ 2.628,83	R\$ 223.450,55
3	Central de ar-condicionado, tipo split hi-wall, tecnologia inverter, com capacidade 18.000 BTUs, (condensadora e evaporadora).	UND	90	BANCO DE PREÇOS	R\$ 3.882,67	R\$ 349.440,30
4	Central de ar-condicionado, tipo split hi-wall, tecnologia inverter, com capacidade 24.000 BTUs, (condensadora e evaporadora).	UND	75	BANCO DE PREÇOS	R\$ 5.017,33	R\$ 376.299,75
5	Central de ar-condicionado, tipo split piso-teto, tecnologia inverter, com capacidade 30.000 BTUs, (condensadora e evaporadora).	UND	20	BANCO DE PREÇO	R\$ 6.489,70	R\$ 129.794,00
6	Central de ar-condicionado, tipo split piso-teto, tecnologia inverter, com capacidade 48.000 BTUs, (condensadora e evaporadora).	UND	10	BANCO DE PREÇOS	R\$ 12.244,44	R\$ 122.444,40
7	Central de ar-condicionado, tipo split piso-teto, tecnologia inverter, com capacidade 55.000 BTUs, (condensadora e evaporadora).	UND	14	BANCO DE PREÇOS	R\$ 13.993,09	R\$ 195.903,26
8	Central de ar-condicionado, tipo split piso-teto, tecnologia inverter, com capacidade 70.000 BTUs (condensadora e evaporadora).	UND	03	BANCO DE PREÇOS	R\$ 15.476,22	R\$ 46.428,66
9	Central de ar-condicionado, tipo cassete, inverter, 1 via, capacidade 12.000 BTUs, (condensadora e evaporadora).	UND	10	BANCO DE PREÇOS	R\$ 6.811,59	R\$ 68.115,90

Assinado eletronicamente por **LIANA DANIELA DOS SANTOS SILVA, Diretor(a) da SUPADM**, em 08/06/2026 15:17:34Assinado eletronicamente por **JOSIMAR NETO FRAZAO, Superintendente de Logística e Gestão Patrimonial**, em 09/06/2026 09:18:02Assinado eletronicamente por **THAINARA MEDEIROS DE SOUSA, Membro de Comissão**, em 09/06/2026 09:09:52Assinado eletronicamente por **KAPITEL DOS SANTOS RAS, Superintendente de Serviços e Serviços de Manutenção**, em 09/06/2026 11:27:20Para conferir a autenticidade do documento acesse o endereço <http://grp.al.r.r.leg.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela **2026/06/08 15:17:34**

10	Central de ar-condicionado, tipo cassete, inverter, 1 via, capacidade 18.000 BTUs, (condensadora e evaporadora).	UND	10	BANCO DE PREÇOS	R\$ 6.366,66	R\$ 63.666,60
11	Central de ar-condicionado, tipo cassete, inverter, 1 via, capacidade 22.000 BTUs, (condensadora e evaporadora).	UND	10	BANCO DE PREÇOS	R\$ 6.286,30	R\$ 62.863,00
12	Central de ar-condicionado, tipo cassete, inverter, 4 vias, capacidade 24.000 BTUs, (condensadora e evaporadora).	UND	10	BANCO DE PREÇOS	R\$ 11.114,00	R\$ 111.140,00
13	Central de ar-condicionado, tipo cassete, inverter, 4 vias, capacidade 36.000 BTUs, (condensadora e evaporadora).	UND	10	BANCO DE PREÇOS	R\$ 11.721,56	R\$ 117.215,60
14	Central de ar-condicionado, tipo cassete, inverter, 4 vias, capacidade 55.000 BTUs, (condensadora e evaporadora).	UND	10	BANCO DE PREÇOS	R\$ 11.665,23	R\$ 116.652,30
15	Central de ar Multi Split Hi-Wall 18.000 BTUs, composta por 01 unidade externa tipo condensadora Multi Split e 02 unidades internas tipo evaporadora Hi-Wall de 9.000 btus, tecnologia Inverter.	UND	02	BANCO DE PREÇOS	R\$ 15.654,67	R\$ 31.309,34
16	Central de ar Multi Split Hi-Wall 24.000 BTUs, composta por 01 unidade externa tipo condensadora Multi Split e 02 unidades internas tipo evaporadora Hi-Wall de 12.000 btus, tecnologia Inverter.	UND	02	BANCO DE PREÇOS	R\$ 15.654,67	R\$ 31.309,34
17	EVAPORADORA VRF - 02 tipo cassete de 36.000 BTU/h.	UND	02	BANCO DE PREÇOS	R\$ 6.145,11	R\$ 12.290,24
18	EVAPORADORA VRF - 01 tipo cassete de 48.000 BTU/h.	UND	01	BANCO DE PREÇOS	R\$ 6.525,63	R\$ 6.525,63
19	CONDENSADORA VRF - 01 unidade externa tipo VRF cassete, capacidade nominal de 10 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 120.000 BTU/h.	UND	01	BANCO DE PREÇOS	R\$ 40.696,26	R\$ 40.696,26
20	EVAPORADORA VRF - 02 tipo cassete de 12.000 BTU/h.	UND	02	BANCO DE PREÇOS	R\$ 6.162,42	R\$ 12.324,84

Assinado eletronicamente por **LIANA DANIELA DOS SANTOS SILVA, Diretor(a) da SUPADM**, em 08/06/2026 15:17:34

Assinado eletronicamente por **JOSIMAR NETO FRAZAO, Superintendente de Logística e Gestão Patrimonial**, em 09/06/2026 09:18:02

Assinado eletronicamente por **THAINARA MEDEIROS DE SOUSA, Membro de Comissão**, em 09/06/2026 09:09:52

Assinado eletronicamente por **KAPITEL DOS SANTOS RAS, Superintendente de Serviços e Serviços de Manutenção**, em 09/06/2026 11:27:20

Para conferir a autenticidade do documento acesse o endereço <http://grp.al.r.r.leg.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela **2026/06/08 15:17:34**

21	EVAPORADORA VRF - 04 tipo cassete de 24.000 BTU/h.	UND	04	BANCO DE PREÇOS	R\$ 5.058,44	R\$ 20.233,76
22	CONDENSADORA VRF - 01 unidade externa tipo VRF cassete, capacidade nominal de 10 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 120.000 BTU/h.	UND	01	BANCO DE PREÇOS	R\$ 40.560,43	R\$ 40.560,43
23	EVAPORADORA VRF - 03 tipo cassete de 60.000 BTU/h.	UND	03	BANCO DE PREÇOS	R\$ 5.687,53	R\$ 17.062,59
24	CONDENSADORA VRF - 01 unidade externa tipo VRF cassete, capacidade nominal de 15 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 180.000 BTU/h.	UND	01	BANCO DE PREÇOS	R\$ 43.698,84	R\$ 43.698,84
25	EVAPORADORA VRF - 03 tipo cassete de 24.000 BTU/h.	UND	03	BANCO DE PREÇOS	R\$ 5.812,69	R\$ 17.438,07
26	EVAPORADORA VRF - 03 tipo cassete de 36.000 BTU/h	UND	03	BANCO DE PREÇOS	R\$ 5.948,93	R\$ 17.846,79
27	CONDENSADORA VRF - 01 unidade externa tipo VRF cassete, capacidade nominal de 15 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 180.000 BTU/h.	UND	01	BANCO DE PREÇOS	R\$ 44.278,11	R\$ 44.278,11
VALOR TOTAL GERAL ESTIMADO					R\$ 2.359.764,68	

Assinado eletronicamente por **LIANA DANIELA DOS SANTOS SILVA, Diretor(a) da SUPADM**, em 08/06/2026 15:17:34

Assinado eletronicamente por **JOSIMAR NETO FRAZAO, Superintendente de Logística e Gestão Patrimonial**, em 09/06/2026 09:18:02

Assinado eletronicamente por **THAINARA MEDEIROS DE SOUSA, Membro de Comissão**, em 09/06/2026 09:09:52

Assinado eletronicamente por **LIANA DANIELA DOS SANTOS SILVA, Superintendente de Compras e Serviços**, em 09/06/2026 11:27:20

Para conferir a autenticidade do documento acesse o endereço <http://grp.al.rr.leg.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela **LIANA DANIELA DOS SANTOS SILVA**

ANEXO II - DETALHAMENTO DOS VALORES ESTIMADOS POR LOTE

LOTE 01 - COTA RESERVADA (ME/EPP)				
ITEM	DESCRIÇÃO - CAPACIDADE (BTUS)	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT HI-WALL				
1	Central de Ar tipo split Hi-wall – 9.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	4 unidades	R\$ 2.265,34	R\$ 9.061,36
2	Central de Ar tipo split Hi-wall – 12.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	21 unidades	R\$ 2.628,83	R\$ 55.205,43
3	Central de Ar tipo split Hi-wall – 18.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	15 unidades	R\$ 3.882,67	R\$ 58.240,05
4	Central de Ar tipo split Hi-wall – 24.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	12 unidades	R\$ 5.017,33	R\$ 60.207,96
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT PISO-TETO				
5	Central de Ar tipo split Piso-Teto – 30.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	5 unidades	R\$ 6.489,70	R\$ 32.448,50
6	Central de Ar tipo split Piso-Teto – 48.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	2 unidades	R\$ 12.244,44	R\$ 24.488,88
7	Central de Ar tipo split Piso-Teto – 55.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	3 unidades	R\$ 13.993,09	R\$ 41.979,27
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT CASSETE				
8	Central de Ar tipo split Cassete - 12.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	2 unidades	R\$ 6.811,59	R\$ 13.623,18
9	Central de Ar tipo split Cassete - 18.000 BTU'S (Condensadora e evaporadora)	2 unidades	R\$ 6.366,66	R\$ 12.733,32
10	Central de Ar tipo split Cassete - 22.000 BTU'S (Condensadora e evaporadora)	2 unidades	R\$ 6.286,30	R\$ 12.572,60
11	Central de Ar tipo split Cassete - 24.000 BTU'S (Condensadora e evaporadora)	2 unidades	R\$ 11.114,00	R\$ 22.228,00
12	Central de Ar tipo split Cassete - 36.000 BTU'S (Condensadora e evaporadora)	2 unidades	R\$ 11.721,56	R\$ 23.443,12

Assinado eletronicamente por **LIANA DANIELA DOS SANTOS SILVA, Diretor(a) da SUPADM**, em 08/06/2026 15:17:34Assinado eletronicamente por **JOSIMAR NETO FRAZAO, Superintendente de Logística e Gestão Patrimonial**, em 09/06/2026 09:18:02Assinado eletronicamente por **THAINARA MEDEIROS DE SOUSA, Membro de Comissão**, em 09/06/2026 09:09:52Assinado eletronicamente por **KAPIL DOS SANTOS RAS, Superintendente de Serviços e Serviços de Manutenção**, em 09/06/2026 11:27:20Para conferir a autenticidade do documento acesse o endereço <http://grp.al.rr.leg.br/grp/externo/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela **20260609 15:17:34**

ANEXO II - DETALHAMENTO DOS VALORES ESTIMADOS POR LOTE

13	Central de Ar tipo split Cassete - 55.000 BTU'S (Condensadora e evaporadora)	2 unidades	R\$ 11.665,23	R\$ 23.330,46
TOTAL LOTE 1		74 unidades	R\$ 100.486,74	R\$ 389.562,13
LOTE 02 - AMPLA CONCORRÊNCIA				
ITEM	DESCRIÇÃO - CAPACIDADE (BTUS)	QUANTIDADE	QUANTIDADE	QUANTIDADE
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT HI-WALL				
14	Central de Ar tipo split Hi-wall – 9.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	14 unidades	R\$ 2.265,34	R\$ 31.714,76
15	Central de Ar tipo split Hi-wall – 12.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	64 unidades	R\$ 2.628,83	R\$ 168.245,12
16	Central de Ar tipo split Hi-wall – 18.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	75 unidades	R\$ 3.882,67	R\$ 291.200,25
17	Central de Ar tipo split Hi-wall – 24.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	63 unidades	R\$ 5.017,33	R\$ 316.091,79
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT PISO-TETO				
18	Central de Ar tipo split Piso-Teto – 30.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	15 unidades	R\$ 6.489,70	R\$ 97.345,50
19	Central de Ar tipo split Piso-Teto – 48.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	8 unidades	R\$ 12.244,44	R\$ 97.955,52
20	Central de Ar tipo split Piso-Teto – 55.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	11 unidades	R\$ 13.993,09	R\$ 153.923,99
21	Central de Ar tipo split Piso-Teto – 70.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	3 unidades	R\$ 15.476,22	R\$ 46.428,66
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT CASSETE				
22	Central de Ar tipo split Cassete - 12.000 BTU's (Condensadora e evaporadora)	8 unidades	R\$ 6.811,59	R\$ 54.492,72
23	Central de Ar tipo split Cassete - 18.000 BTU'S (Condensadora e evaporadora)	8 unidades	R\$ 6.366,66	R\$ 50.933,28

Assinado eletronicamente por **LIANA DANIELA DOS SANTOS SILVA, Diretor(a) da SUPADM**, em 08/06/2026 15:17:34Assinado eletronicamente por **JOSIMAR NETO FRAZAO, Superintendente de Logística e Gestão Patrimonial**, em 09/06/2026 09:18:02Assinado eletronicamente por **THAINARA MEDEIROS DE SOUSA, Membro de Comissão**, em 09/06/2026 09:09:52Assinado eletronicamente por **KAPIL DOS SANTOS SOARES, Superintendente de Compras e Serviços**, em 09/06/2026 11:27:20Para conferir a autenticidade do documento acesse o endereço <http://grp.al.rr.leg.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela **20260609 10:52:05 AM**

ANEXO II - DETALHAMENTO DOS VALORES ESTIMADOS POR LOTE

24	Central de Ar tipo split Cassete - 22.000 BTU'S (Condensadora e evaporadora)	8 unidades	R\$ 6.286,30	R\$ 50.290,40
25	Central de Ar tipo split Cassete - 24.000 BTU'S (Condensadora e evaporadora)	8 unidades	R\$ 11.114,00	R\$ 88.912,00
26	Central de Ar tipo split Cassete - 36.000 BTU'S (Condensadora e evaporadora)	8 unidades	R\$ 11.721,56	R\$ 93.772,48
27	Central de Ar tipo split Cassete - 55.000 BTU'S (Condensadora e evaporadora)	8 unidades	R\$ 11.665,23	R\$ 93.321,84
CENTRAIS DE AR TIPO MULTI SPLIT HI-WALL				
28	Central de ar Multi Split Hi-Wall 18.000 BTU's (01 condensadora e 02 evaporadoras de 9.000 btus)	2 unidades	R\$ 15.654,67	R\$ 31.309,34
29	Central de ar Multi Split Hi-Wall 24.000 BTU's (01 condensadora e 02 evaporadoras de 12.000 btus)	2 unidades	R\$ 15.654,67	R\$ 31.309,34
CONJUNTO VRF CASSETE				
Central de ar-condicionado tipo VRF, capacidade nominal de 10 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 120.000 BTU/h, composta por 01 unidade externa tipo condensadora VRF e 03 unidades internas tipo evaporadora cassete 4 vias, sendo 02 evaporadoras de 36.000 BTU/h e 01 evaporadora de 48.000 BTU/h				
30	EVAPORADORA VRF - tipo cassete de 36.000 BTU/h	2 Unidades	R\$ 6.145,11	R\$ 12.290,22
31	EVAPORADORA VRF - tipo cassete de 48.000 BTU/h	1 Unidade	R\$ 6.525,63	R\$ 6.525,63
32	CONDENSADORA VRF - unidade externa tipo VRF cassete, capacidade nominal de 10 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 120.000 BTU/h	1 Unidade	R\$ 40.696,26	R\$ 40.696,26
CONJUNTO VRF CASSETE (01 conjunto)				

Assinado eletronicamente por **LIANA DANIELA DOS SANTOS SILVA, Diretor(a) da SUPADM**, em 08/06/2026 15:17:34Assinado eletronicamente por **JOSIMAR NETO FRAZAO, Superintendente de Logística e Gestão Patrimonial**, em 09/06/2026 09:18:02Assinado eletronicamente por **THAINARA MEDEIROS DE SOUSA, Membro de Comissão**, em 09/06/2026 09:09:52Assinado eletronicamente por **KAPRIL DOS SANTOS SOARES, Superintendente de Serviços e Serviços de Manutenção**, em 09/06/2026 11:27:20Para conferir a autenticidade do documento acesse o endereço <http://grp.al.rr.leg.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela **25091902.6282.91MB**

ANEXO II - DETALHAMENTO DOS VALORES ESTIMADOS POR LOTE

Central de ar-condicionado tipo VRF, capacidade nominal de 10 TR, equivalente a aproximadamente 120.000 BTU/h, composta por 01 unidade externa tipo condensadora VRF e 06 unidades internas tipo evaporadora cassete 4 vias, sendo 02 evaporadoras de 12.000 BTU/h e 04 evaporadoras de 24.000 BTU/h				
33	EVAPORADORA VRF - tipo cassete de 12.000 BTU/h	2 Unidades	R\$ 6.162,42	R\$ 12.324,84
34	EVAPORADORA VRF - tipo cassete de 24.000 BTU/h	4 Unidades	R\$ 5.058,44	R\$ 20.233,76
35	CONDENSADORA VRF - unidade externa tipo VRF cassete, capacidade nominal de 10 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 120.000 BTU/h	1 Unidade	R\$ 40.560,43	R\$ 40.560,43
CONJUNTO VRF CASSETE (01 conjunto)				
Central de ar-condicionado tipo VRF, capacidade nominal de 15 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 180.000 BTU/h, composta por 01 unidade externa tipo condensadora VRF e 03 unidades internas tipo evaporadora cassete 4 vias, sendo 03 evaporadoras de 60.000 BTU/h				
36	EVAPORADORA VRF - tipo cassete de 60.000 BTU/h	03 Unidades	R\$ 5.687,53	R\$ 17.062,59
37	CONDENSADORA VRF - unidade externa tipo VRF cassete, capacidade nominal de 15 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 180.000 BTU/h	01 Unidade	R\$ 43.698,84	R\$ 43.698,84
CONJUNTO VRF CASSETE (01 conjunto)				
Central de ar-condicionado tipo VRF, capacidade nominal de 15 TR, equivalente a aproximadamente 180.000 BTU/h, composta por 01 unidade externa tipo condensadora VRF e 06 unidades internas tipo evaporadora cassete 4 vias, sendo 03 evaporadoras de 36.000 BTU/h e 03 evaporadoras de 24.000 BTU/h				
38	EVAPORADORA VRF - tipo cassete de 24.000 BTU/h	03 Unidades	R\$ 5.812,69	R\$ 17.438,07

Assinado eletronicamente por **LIANA DANIELA DOS SANTOS SILVA, Diretor(a) da SUPADM**, em 08/06/2026 15:17:34Assinado eletronicamente por **JOSIMAR NETO FRAZAO, Superintendente de Logística e Gestão Patrimonial**, em 09/06/2026 09:18:02Assinado eletronicamente por **THAINARA MEDEIROS DE SOUSA, Membro de Comissão**, em 09/06/2026 09:09:52Assinado eletronicamente por **KAPILAN DOS SANTOS SOARES, Superintendente de Serviços e Serviços de Manutenção**, em 09/06/2026 11:27:20Para conferir a autenticidade do documento acesse o endereço <http://grp.al.rr.leg.br/grp/aceessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela **20260609 10:52:05**

ANEXO II - DETALHAMENTO DOS VALORES ESTIMADOS POR LOTE

39	EVAPORADORA VRF - tipo cassete de 36.000 BTU/h	03 Unidades	R\$ 5.948,93	R\$ 17.846,79
40	CONDENSADORA VRF - unidade externa tipo VRF cassete, capacidade nominal de 15 TR (toneladas de refrigeração), equivalente a aproximadamente 180.000 BTU/h	01 Unidade	R\$ 44.278,11	R\$ 44.278,11
TOTAL LOTE 02		327 Unidades	R\$ 357.846,69	R\$ 1.970.202,53
QUANTIDADE TOTAL DE CENTRAIS (LOTE 01 E LOTE 02)		401 Unidades	R\$ 458.333,43	R\$ 2.359.764,68

Assinado eletronicamente por **LIANA DANIELA DOS SANTOS SILVA, Diretor(a) da SUPADM**, em 08/06/2026 15:17:34Assinado eletronicamente por **JOSIMAR NETO FRAZAO, Superintendente de Logística e Gestão Patrimonial**, em 09/06/2026 09:18:02Assinado eletronicamente por **THAINARA MEDEIROS DE SOUSA, Membro de Comissão**, em 09/06/2026 09:09:52Assinado eletronicamente por **KAPRIL DOS SANTOS MORAES, Superintendente de Compras e Serviços**, em 09/06/2026 11:27:20Para conferir a autenticidade do documento acesse o endereço <http://grp.al.rr.leg.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela **ANEXO II - DETALHAMENTO DOS VALORES ESTIMADOS POR LOTE**

ANEXO II**1. MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS - MGR**

1.1. O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

1.2. O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve conter a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos com a solução de Comissão de Confeção de ETP e TR.

1.3. Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), a identificação de responsáveis pelas ações, bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos.

1.4. Diante do exposto e considerando as conclusões do Estudo Técnico Preliminar acerca da viabilidade da contratação, apresentam-se a seguir as previsões dos riscos potenciais associados à execução do objeto contratado, bem como as respectivas medidas mitigadoras, visando assegurar a efetividade, a legalidade e a economicidade do procedimento.

CLASSIFICAÇÃO	VALOR
Baixo	5
Médio	10
Alto	15

(Tabela 1: Escala de classificação de probabilidade e impacto)

1.5. A tabela a seguir apresenta a Matriz Probabilidade x Impacto, instrumento de apoio para a definição dos critérios de classificação do nível de risco.

Probabilidade (P)	15	75	150	225
	10	50	100	150
	5	25	50	75
		5	10	15
		Impacto (I)		

Legenda: (P) – Probabilidade. (I) – Impacto.

2. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RISCOS

2.1. A tabela a seguir expressa uma síntese dos riscos identificados e classificados neste documento.

Id	Riscos	Relacionado ao	(P)	(I)	Nível (PxI)
1	Não conclusão do procedimento licitatório	Gestão	10	15	150
2	Atraso na instrução processual da contratação	Planejamento e Gestão	10	10	100
3	Fornecimento de equipamentos em desacordo com as especificações técnicas	Execução Contratual	5	15	75
4	Entrega parcial ou atraso no fornecimento dos equipamentos	Execução Contratual	5	15	75

Legenda: (P) – Probabilidade. (I) – Impacto.

3. AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS IDENTIFICADOS

3.1. São riscos identificados na **contratação para aquisição de centrais de ar-condicionado**, destinados ao atendimento das demandas da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR, envolvendo as fases de planejamento, seleção do fornecedor e execução contratual, podendo impactar diretamente a regularidade do procedimento licitatório, o cumprimento das obrigações contratuais e o alcance dos resultados pretendidos com a solução.

Risco 1	Risco:	Não conclusão do procedimento licitatório	
	Probabilidade:	Médio	
	Impacto:	Alto	
	Dano:	Possível aumento de custos decorrente da necessidade de soluções emergenciais;	
		Ausência de climatização adequada nos ambientes institucionais;	
		Comprometimento do conforto térmico e das atividades administrativas.	
	Tratamento:	Mitigar	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Planejar adequadamente a contratação, com definição clara do objeto e dos requisitos técnicos.	Setor Requisitante
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Adotar medidas de celeridade na tramitação processual .	Setor Requisitante

Risco 2	Risco:	Atraso na instrução processual da contratação	
	Probabilidade:	Médio	
	Impacto:	Médio	
	Dano:	Retardo na aquisição dos equipamentos;	
		Prejuízo ao planejamento institucional;	
		Possível necessidade de reprogramação orçamentária.	
	Tratamento:	Mitigar	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Estabelecer cronograma realista para a contratação;	Setor Requisitante
	2	Monitorar continuamente as etapas processuais.	
	3	Solicitar prioridade na tramitação em fases críticas.	
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Adotar as providências administrativas necessárias à regularização da tramitação processual, assegurando o cumprimento dos prazos estabelecidos	Superintendência Geral

Risco 3	Risco:	Fornecimento de equipamentos em desacordo com as especificações técnicas	
	Probabilidade:	Baixo	
	Impacto:	Alto	
	Dano:	Comprometimento do desempenho operacional e da eficiência energética dos equipamentos, com impacto na qualidade da climatização.	
	Tratamento:	Mitigar	

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

 Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

 Assinado eletronicamente por **JOSIMAR NETO FRAZAO**, Superintendente de Logística e Gestão Patrimonial, em 01/06/2026 17:58:18

 Assinado eletronicamente por **JOSIMAR NETO FRAZAO**, Superintendente de Logística e Gestão Patrimonial, em 01/06/2026 17:58:18

 Para conferir a autenticidade do documento acesse o endereço <http://grp.al.rr.leg.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela

	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Definir claramente as especificações técnicas no Termo de Referência;	Comissão
	2	Exigir conformidade com normas ABNT e INMETRO.	Comissão
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Rejeitar o objeto em desacordo com o contrato;	Fiscal do Contrato
	2	Aplicar penalidades e exigir substituição dos equipamentos.	Gestor do Contrato

Risco 4	Risco:	Entrega parcial ou atraso no fornecimento dos equipamentos	
	Probabilidade:	Baixo	
	Impacto:	Alto	
	Dano:	Prejuízo ao funcionamento das unidades administrativas;	
		Necessidade de adoção de medidas emergenciais para manutenção das condições mínimas de funcionamento dos ambientes institucionais.	
	Tratamento:	Mitigar	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Estabelecer prazos claros de entrega no contrato.	Setor Requisitante
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Adotar as medidas administrativas cabíveis para recomposição do cronograma de fornecimento	Gestor do Contrato

4. RESPONSÁVEIS

Elaborado por:

THAINARA MEDEIROS DE SOUSA

Membro da Comissão de Confeção de ETP e TR

Matrícula nº 33.142

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

Assinado eletronicamente por **JOSIMAR NETO FRAZAO**, Superintendente de Logística e Gestão Patrimonial, em 01/06/2026 17:58:18

Assinado eletronicamente por **THAINARA MEDEIROS DE SOUSA**, Membro da Comissão de Confeção de ETP e TR, em 01/06/2026 11:27:20

Para conferir a autenticidade do documento acesse o endereço <http://grp.al.rr.leg.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela digital 80K/RG/TZ/ISZB/CNMB/J

Aprovado por:

Aprovado por:

JOSIMAR NETO FRAZÃO

Superintendente de Logística e Gestão Patrimonial

Matrícula nº 26.029

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ETP E TR

Avenida Surumu nº 1170 – São Vicente – CEP 69.303-455 - Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

Assinado eletronicamente por **JOSIMAR NETO FRAZÃO**, Superintendente de Logística e Gestão Patrimonial, em 01/06/2026 17:58:18

Assinado eletronicamente por **JOAQUIM DE SANTOS DE OLIVEIRA**, Superintendente de Logística e Gestão Patrimonial, em 01/06/2026 11:27:20

Para conferir a autenticidade do documento acesse o endereço <http://grp.al.rr.leg.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela **UQUVRCITZISZBQNCMB/J**

ANEXO III
MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**CONTRATO Nº: XX/202X****PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) – Nº XX/202X****PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº: 112/2025****CONTRATO CELEBRADO ENTRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE RORAIMA E
XXXXXXXXXX.**

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº **34.808.220/0001-68**, com sede situada à Praça do Centro Cívico, nº 202, Bairro Centro, Cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxxxxxx, Superintendente Geral, nomeado pela Resolução nº 0xx/xxxx – MD, de xx de xxxxxx de 20xx, publicada no DIALRR nº xxx de xx de xxx de 202x, no uso das atribuições que lhe confere a Resolução nº xxx/20xx-MD, publicada no Diário da Assembleia Legislativa nº xxx, de xxx de xxxxxx de 20xxx, residente e domiciliado em Boa Vista/RR, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob nº xxxxxxxxxxxxxxxx, com sede situada à xxxxxxxx, Bairro xxxxxxxx, cidade de xxxxxxxx, Estado de xxxxxxxx, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) xxxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado(a) em xxxxxxxx, doravante denominada **CONTRATADA**, com fulcro no [artigo 28, inciso I da Lei 14.133, de 1º de Abril de 2021](#), [Resolução Legislativa Nº 001/2024](#), [Resolução Legislativa Nº 004/2025](#) e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XX/202X**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (ART. 92, I E II)

1.1. Aquisição de centrais de ar do tipo Split Hi-Wall, Split Piso-Teto, Split Cassete, Multi Split Hi-Wall e VRF com unidades internas do tipo Cassete, com tecnologia inverter, para atender às necessidades da Sede da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR e demais unidades administrativas, tanto na capital quanto no interior.

1.2 Objeto da Contratação:

LOTE (...)						
ITEM (S)	DESCRIÇÃO	Marca/ Modelo	UND.	QTD.	VLR. UNIT. (R\$)	VLR. TOTAL (R\$)
XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX
VALOR TOTAL						R\$ XX

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3.5. Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a este contrato, definirem a sua extensão e, dessa forma, regerem a execução adequada do contrato ora celebrado.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO (ART. 92, III)

2.1. O presente Contrato será regido pela **Lei Federal nº 14.133/2021** e **Resolução Legislativa nº 001/2024**, **Resolução Legislativa Nº 004/2025**, assim como demais normas aplicáveis à espécie.

2.2. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na **Lei nº 14.133/2021**, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na **Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor** – e normas e princípios gerais dos contratos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, observando o exercício financeiro vigente, conforme estabelecido no [art. 105 da Lei nº 14.133/2021](#).

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento (provisório/definitivo) do objeto constam no **Item 10 e 12** do Termo de Referência. (ANEXO I)

5. CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratado, conforme **Item 9.1.1** do Termo de Referência. (ANEXO I)

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO (ART. 92, V)

6.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (ART. 92, V, VI)

7.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições e critérios a ele referentes encontram-se definidos no **Item 13** do Termo de Referência. (ANEXO I)

8. CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE (ART. 92, V)

8.1. Os preços dos bens objeto deste certame são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data limite para apresentação das propostas;

8.2. Após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços poderão ser reajustados com base no **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, conforme Termo de Referência. (ANEXO I)

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

8.4. O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos do [art. 136, §1º, da Lei nº 14.133/2021](#).

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)

9.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.2. Exercer a fiscalização, coordenação e acompanhamento da execução do contrato, por meio de servidores especialmente designados para este fim, independentemente do acompanhamento e controle exercidos diretamente pela CONTRATADA.

9.3. Comunicar, por escrito, à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência acerca dos fornecimentos efetuados, incluindo imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que sejam substituídos, reparados ou corrigidos.

9.4. Conferir os documentos de comprovação do fornecimento (Notas Fiscais/Faturas) e, estando devidamente corretos, atestar os materiais; caso apresentem falhas ou incorreções, devolvê-los à CONTRATADA para correção.

9.5. Receber os equipamentos ou materiais fornecidos, verificando minuciosamente a conformidade dos bens provisoriamente recebidos com as especificações constantes do Termo de Referência, edital, proposta ou Ata de Registro de Preços, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

9.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto.

9.7. Notificar a CONTRATADA sobre eventuais atrasos na entrega dos materiais e/ou sobre a aplicação de eventuais sanções previstas em Contrato.

9.8. Não receber materiais que estejam em desacordo com as especificações, bem como devolver aqueles que, recebidos provisoriamente, apresentarem discrepâncias em relação às especificações.

9.9. Exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições da CONTRATADA que ensejaram sua contratação, tais como documentos de regularidade fiscal (Certidões Negativas de Débito Municipal, Estadual, Dívida Ativa da União e Previdenciária, FGTS e Trabalhista).

9.10. Aplicar ao fornecedor registrado as sanções administrativas, regulamentares e contratuais cabíveis, sempre que houver descumprimento das obrigações estabelecidas.

9.11. Esclarecer que a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.12. O ônus referente à instalação dos equipamentos será de responsabilidade desta Casa Legislativa;

9.13. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADA;

9.14. Emitir decisão fundamentada sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

9.15. Responder eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro pela CONTRATADA no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.16. Com relação à obrigação delineada no subitem 9.14. deste contrato, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos [pela Lei nº 14.133, de 2021](#), admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

10.1. Cumprir integralmente as disposições estabelecidas no Termo de Referência e no contrato.

10.2. Entregar os equipamentos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local estabelecidos, acompanhados de Nota Fiscal discriminada contendo marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia.

10.3. Fornecer os equipamentos embalados adequadamente, de modo a impedir danos durante o transporte e armazenamento até a entrega definitiva.

10.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas e no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, quaisquer equipamentos ou componentes que apresentem defeito de fabricação, vício oculto ou qualquer anomalia que comprometa o desempenho adequado do objeto.

10.5. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência que possa impedir ou atrasar o cumprimento das obrigações assumidas, prestando os esclarecimentos necessários.

10.6. Proceder, às suas expensas, à obtenção de todas as licenças, registros, autorizações e certificações eventualmente exigidas para o fornecimento e a plena regularização do objeto do contrato.

10.7. Não transferir, no todo ou em parte, a terceiros, as responsabilidades e obrigações decorrentes deste contrato.

10.8. Responsabilizar-se integralmente pelos equipamentos contratados, nas quantidades e padrões estabelecidos, respondendo pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros.

10.9. Indicar preposto responsável pela interlocução com a CONTRATANTE.

10.10. Garantir que os equipamentos atendem integralmente às normas técnicas vigentes da ABNT, Inmetro e demais órgãos reguladores competentes, respondendo integralmente pela qualidade, procedência e originalidade.

10.11. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, comprovando sempre a regularidade documental quando solicitado.

10.12. Cumprir rigorosamente os prazos de entrega estabelecidos no cronograma contratual, sob pena de aplicação das sanções legais previstas no contrato e na legislação vigente.

10.13. Assumir integralmente todas as despesas decorrentes da execução do contrato, incluindo tributos, taxas, fretes, seguros e prestação de garantia dos equipamentos.

10.14. Responder formalmente às notificações da CONTRATANTE sobre falhas, irregularidades ou defeitos verificados nos equipamentos, providenciando a correção, substituição ou complementação dentro do prazo estabelecido.

10.15. Corrigir qualquer documentação incorreta (Notas Fiscais/Fatura) devolvida pela CONTRATANTE, dentro do prazo definido para a regularização, assegurando a conformidade completa com as exigências fiscais e contratuais.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

10.16. Fornecer relatórios, comprovantes de entrega, certificados de qualidade ou quaisquer documentos que demonstrem a conformidade dos equipamentos com as especificações do contrato, sempre que solicitado pela CONTRATANTE.

10.17. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento das obrigações/requisitos expressos neste contrato e seus anexos;

10.18. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos do artigo 120 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

10.19. Não transferir, no todo ou em parte, as tarefas relativas ao fornecimento, objeto deste instrumento;

10.20. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

10.21. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, quando couber;

10.22. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

10.23. Manter, durante a execução do CONTRATO, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na celebração do mesmo, [art. 92, inc. XVI, da Lei nº 14.133/2021](#).

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XII E XIII)

11.1. Nos termos do [Art. 98 da Lei nº 14.133/2021](#), e em observância ao [Art. 11, §3º, do Anexo VIII da Resolução Legislativa nº 001/2024 da ALE/RR](#), considerando que o objeto da presente contratação consiste no fornecimento de bens comuns, padronizados, com entrega imediata ou parcelada, e que eventuais prejuízos poderão decorrer do não cumprimento integral das quantidades solicitadas, a CONTRATADA deverá apresentar garantia contratual correspondente a 1% (**um por cento**) do valor inicial do contrato, como forma de assegurar a fiel execução das obrigações assumidas.

11.2. A garantia contratual tem por finalidade proteger a Administração Pública contra prejuízos decorrentes de inadimplemento, atraso na entrega ou fornecimento de bens ou serviços em quantidade ou qualidade inferior à contratada, considerando o valor total da contratação e os riscos de inexecução, em estrita observância ao [art. 98 da Lei nº 14.133/2021](#).

11.3. Para atender a essa finalidade, a CONTRATADA poderá optar livremente pela modalidade de garantia prevista no [art. 96 da Lei nº 14.133/2021](#), observadas as disposições legais aplicáveis, assegurando cobertura integral das obrigações contratuais proporcionais ao valor contratado.

11.4. A CONTRATADA deverá apresentar a garantia conforme os dispostos no [art. 96 da Lei nº 14.133/2021](#) e deverá seguir os prazos nele estabelecidos, devendo, em qualquer das modalidades apresentar a garantia até o ato de assinatura do contrato.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos do artigo 83 da Resolução Legislativa nº 001/2024, de 08 de abril de 2024 em consonância aos artigos 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou o contratado ficará sujeito à responsabilização administrativa pela prática das infrações previstas em lei e no Termo de Referência, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

12.1.1. Constituem infrações administrativas, entre outras, as seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- f) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.1.2. A ocorrência de qualquer das infrações acima ensejará a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, no Termo de Referência e posteriormente em edital e/ou contrato.

12.2. Para estas possibilidades serão aplicadas as seguintes sanções, de acordo com o art. 156 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá aplicar ao licitante ou ao contratado que incorrer em quaisquer das infrações previstas no art. 155 da referida Lei, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, as seguintes sanções administrativas:

12.2.1. ADVERTÊNCIA - aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea “a” do subitem 12.1.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidades mais graves.

12.2.2. MULTA - aplicada sobre qualquer infração administrativa, inclusive cumulativamente, prevista nos subitens do item 12.1.1., das seguintes formas:

a) Moratória: para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1.1, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento);

● Caso o atraso ultrapasse 25 dias, poderá ensejar a rescisão contratual, nos termos do art. 137, I, da Lei nº 14.133/2021.

b) Monetária: para atraso na apresentação, reposição ou suplementação da garantia contratual (art. 96 da Lei nº 14.133/2021) de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total do contrato, limitado a 2% (dois por cento);

● Persistindo o atraso por mais de 25 dias, aplica-se a extinção do contrato por descumprimento contratual.

c) Compensatória: para infrações previstas na alínea “a” do subitem 12.1.1, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação;

d) Compensatória: para infrações previstas na alínea “b” do subitem 12.1.1, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

e) Compensatória: para inexecução total do contrato previsto na alínea “c” do subitem 12.1.1, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação;

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

f) Compensatória: em substituição à multa moratória descrita para a alínea “d” do subitem 12.1.1, de 3% (três por cento) a 7% (sete por cento) do valor da contratação;

g) Compensatória: para as infrações descritas nas alíneas “e” a “i” do subitem 12.1.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

12.2.3. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR - quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 12.1.1., sempre que não se justificar a imposição de penalidades mais grave;

12.2.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “e”, “f”, “g”, “h” e “i” do subitem 12.1.1., bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” do mesmo subitem, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.3. As sanções previstas nos subitens 12.2.1., 12.2.3. e 12.2.4. poderão ser aplicadas juntamente com a sanção prevista no subitem 12.2.2., facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data do recebimento da comunicação enviada por autoridade competente, na forma do § 7º do art. 156 e 158 da Lei nº 14.133/2021.

12.3.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

12.3.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.4. A aplicação das sanções previstas no Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.6.2. As periculosidades do caso concreto;

12.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.6.4. Os danos que dela provierem para a Contratante; e

12.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)

13.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da ALE/RR, para o exercício de 202X, na classificação abaixo:

- 1 . **Programa de Trabalho:** xx.xxx.xx.xxx.xxxx.xxxx;
- 2 . **Fonte:** x.xxx;
- 3 . **Cód. De Acompanhamento:** xxxx;
- 4 . **Elemento de Despesa:** xx.xx.xx-xx;
- 5 . **Nota de Empenho nº XX/202X**, de XX/XX/202X, de R\$ XX (XX)

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021](#).

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (**vinte e cinco por cento**) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (**um**) mês ([art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021](#))

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133/2021](#).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

15.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

15.1.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

15.1.2. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

15.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa e observado o disposto nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI Nº 13.709/2018

16.1 É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

16.2 A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

16.3 A Contratada fica obrigada a comunicar a ALE/RR, em até 2 (dois) dias do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

16.4 A CONTRATADA cooperará com a CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, e Órgãos de controle administrativo em geral;

16.5 Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO MAPA DE RISCO (ART. 92, IX)

17.1. O Mapa de Gerenciamento de Risco encontra-se no **Anexo II** do Edital.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE IMPORTAÇÃO E DATA E TAXA DE CÂMBIO PARA CONVERSÃO (ART. 92, XV)

18.1. Não se aplica ao presente contrato, conforme constante **Item 15.3.1.** do Termo de Referência (ANEXO I).

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO (ART. 87 Resolução Legislativa Nº 001/2024)

19.1. Para a execução desta contratação, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527/2011](#).

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO (ART. 92, §1º)

21.1. Fica eleito o Foro de Boa Vista-RR com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas pertinentes ao cumprimento do objeto deste contrato;

E assim, por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente Termo de Contrato em três vias de igual teor e forma.

Boa Vista-RR, _____ de _____ de _____.

Assembleia Legislativa do Estado de Roraima
Superintendente Geral

Pela Empresa

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

ANEXO IV

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/202X
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 112/ALE-RR/2025**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/202X****VALIDADE: XX (XX) MESES.**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº **34.808.220/0001-68**, com sede situada à Praça do Centro Cívico, nº 202, Bairro Centro, Cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, neste ato representada pelo Sr. **XXXXXXXXXX**, Superintendente Geral, no uso de suas atribuições, nomeado pela Resolução nº XX/20XX – MD, de XX de XX de 20XX, publicada no DOALE/RR nº XX em XX de XX de 20XX, residente e domiciliado em Boa Vista/RR, considerando o **julgamento da licitação** na modalidade de **Pregão**, na forma **Eletrônica** e com critério de julgamento **MENOR PREÇO** por **LOTE**, publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima (DOALE/RR), Edição nº XX, de XX de XX de 20XX, Processo Administrativo Eletrônico Nº XX/20XX, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital e sujeitando-se as partes às normas constantes na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e na [Resolução Legislativa Nº 001/2024](#), [Resolução Legislativa Nº 004/2025](#) e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual aquisição de centrais de ar do tipo Split Hi-Wall, Split Piso-Teto, Split Cassete, Multi Split Hi-Wall e VRF com unidades internas do tipo Cassete, com tecnologia Inverter, para atender às necessidades da Sede da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR e demais unidades administrativas, tanto na capital quanto no interior, especificado no item 2.1. do **Termo de Referência**, Anexo do **Edital de Licitação nº XX/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1 Os preços a serem praticados acham-se devidamente registrados, neste instrumento e são considerados completos, ou seja, abrangendo todos os encargos de natureza tributária, previdenciária, transporte ou de qualquer outra forma, que direta ou indiretamente possam incidir sobre o produto.

2.2. O preço registrado é o constante na proposta vencedora da licitação.

2.3. O Fornecedor se compromete a fornecer o **LOTE** de acordo com os seguintes preços:

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

LOTE						
ITEM (ns)	DESCRIÇÃO	Marca/ Modelo	UND.	QTD.	VLR. UNIT. (R\$)	VLR. TOTAL (R\$)
XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX
VALOR TOTAL						R\$ XX

2.4. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2.5. Dados da empresa vencedora e beneficiária desta ata:

1. **Razão Social:** XX
2. **CNPJ nº:** XX.XXX.XXX/0001-XX
3. **Endereço:** XXXXXXXXXX.
4. **Telefone:** +55 (XX) XXXX-XXXX
5. **E-mail:** XX@XX
6. **Representante Legal:** XXXX

2.6. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2.7. A descrição do objeto foi homologada nos quantitativos máximos (totais) a serem contratados.

2.8. Não houve possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital, estando obrigado aos limites de sua proposta;

2.9. Pela particularidade de o fornecimento ser executado nas unidades da ALE/RR em Boa Vista-RR, fica **vedada** a possibilidade de **PREÇOS** distintos/diferentes/variáveis em virtude de sua execução.

2.10. Fica vedada à contratação, de mais de uma empresa para a **execução do mesmo serviço**, a fim de assegurar a responsabilidade contratual e o **princípio da padronização**, ressalvado o disposto no [art. 49 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021](#);

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1 O órgão gerenciador é a **Assembleia Legislativa do Estado de Roraima (UASG 926910)**; não havendo Órgãos participantes para este Certame.

3.2 É **vedada** à participação do **Órgão** ou **Entidade** em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A critério da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, esta Ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência deste Órgão, desde que observados os seguintes requisitos:

4.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do [art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021](#); e

4.1.3. **consulta** e **aceitação** prévias da ALE/RR e do fornecedor.

4.1.4. **autorização** da ALE/RR apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.1.5. A ALE/RR poderá **rejeitar** adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

Dos Limites para as Adesões

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item **não** poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços, para os órgãos ou as entidades participantes ([Art. 34, I, da Resolução Legislativa Nº 004/2025](#)); e

4.4. Não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à Ata de Registro de Preços. ([Art. 34, II, da Resolução Legislativa Nº 004/2025](#)).

4.5. Ao órgão que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. Após a **autorização** da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, o órgão que aderir deverá efetivar a contratação solicitada em até **90 (noventa dias)**, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.7. Caberá à Assembleia Legislativa do Estado de Roraima autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante

5. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no [PNCP](#), e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade da proposta. ([Art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021](#))

5.2. No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, devendo o ato de prorrogação da vigência da ata indicar, expressamente, o quantitativo renovado.

5.3. A prorrogação independe da existência de saldo em relação aos itens que a compõem.

5.3.1. O prazo de prorrogação é uno, observado o seguinte:

- a) admite-se a prorrogação antecipada da Ata quando houver o esgotamento de, ao menos, um de seus itens;
- b) a prorrogação de um item implica prorrogação dos demais, na mesma data;
- c) a prorrogação da ata em relação a item cujo saldo tenha esgotado implica na prorrogação da ata em relação aos demais, na mesma data;
- d) havendo prorrogação antecipada, o prazo de um ano conta-se a partir daquela data, aplicando-se para todos os itens.

5.3.2. O ato de **prorrogação** do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

- a) comprovação de que as condições previstas e os preços registrados permanecem vantajosos;
- b) indicação expressa do termo inicial e final do prazo de prorrogação e do quantitativo renovado em relação a cada item, que poderá ser parcial ou total.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

5.4. O **contrato** decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no [art. 38 da Resolução Legislativa Nº 004/2025](#).

5.4.1. O contrato decorrente da Ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.4.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o [art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.4.4. O instrumento contratual de que trata o item 5.4. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.5. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.6. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.6.1. Serão registrados na Ata os **preços** e os **quantitativos máximos (totais)** de cada item (ns) do adjudicatário conforme estabelecido no Instrumento Convocatório.

5.6.2. Não haverá **possibilidade** de previsão de **preços diferentes**, tendo em vista o disposto no Item 2.4 desta Ata de Registro de Preços.

5.7. Será incluído na ata, na forma de **Anexo**, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.7.1. Aceitarem cotar os bens e/ou serviços com **preços iguais** aos do licitante vencedor, observada a classificação da licitação; e

5.7.2. Mantiverem sua **proposta original**.

5.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.7.4. O registro a que se refere o item 5.7.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de **impossibilidade** de atendimento pelo signatário da Ata.

5.7.5. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.7.1. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital; e

5.7.6.2. Quando houver o **cancelamento** do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no **Item 7** desta Ata.

5.7.7. Havendo a desclassificação da proposta ou inabilitação de licitantes no decorrer do certame, estes não poderão compor o cadastro de reserva, uma vez que já tiveram sua proposta desclassificada ou inabilitada.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e/ou fornecedores será divulgado no **PNC** e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

de licitação, sob pena de **decair** o direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser **prorrogado** uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

5.9.2. A ata de registro de preços será assinada **por meio de assinatura digital** e disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas - **PNCP**.

5.9.3. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital, e observado o disposto no **item 5.9**, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.10. Na hipótese de nenhum dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação, aceitar a contratação nos termos deste Instrumento, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no Edital, poderá:

5.10.1. Convocar os licitantes de que licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.10.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição

5.11. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6 DA ALTERAÇÃO / ATUALIZAÇÃO / NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens e/ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de **força maior, caso fortuito ou fato do príncipe** ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#);

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

c) Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos seguintes termos:

c.1) O reajuste em sentido estrito consiste na aplicação do índice de correção monetária previsto no instrumento convocatório ou equivalente, que deve retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

setoriais, nos termos do [inciso LVIII, do art. 6º e do § 7º e inciso I do § 8º do art. 25 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

c.2) A repactuação compreende a atualização da remuneração para serviços contínuos em regime de dedicação exclusiva ou com predominância de mão de obra, nos termos do inciso [LIX do art. 6º e do inciso II do § 8º do art. 25 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

6.2. Na hipótese de o **preço registrado** tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, a ALERR, por meio da **Superintendência de Compras**, convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.3. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4. Na hipótese prevista no item 6.3, a ALE/RR, por meio da Superintendência de Compras, convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no [§ 3º do art. 29 da Resolução Legislativa Nº 004/2025](#).

6.5. Se não obtiver êxito nas negociações, a ALERR procederá, por meio da **Superintendência Compras**, ao cancelamento da ata de registro de preços, comunicando a **Superintendência-Geral**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

6.6. Na hipótese de redução do preço registrado, a ALE/RR comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no [art. 36 Resolução Legislativa Nº 004/2025](#).

6.7. Na hipótese de o **preço de mercado** tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer a ALERR a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.7. Para fins do disposto no item 6.7. o fornecedor encaminhará à **Superintendência de Compras**, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será **indeferido** pela ALERR e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e na Resolução [Legislativa Nº004/2025](#).

6.9. Na hipótese de **cancelamento** do registro do fornecedor, nos termos [Resolução Nº004/2025](#), a ALERR convocará, por meio da **Superintendência de Compras**, os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

6.10. Se não obtiver êxito nas negociações, a ALERR procederá, por meio da **Superintendência de Compras**, ao cancelamento da ata de registro de preços, comunicando a **Superintendência-Geral**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.11. Na hipótese de comprovação o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, a ALERR,

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

por meio da **Superintendência de Compras**, atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.12. ALERR comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 36 da [Legislativa Nº004/2025](#).

7 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado; ou

7.1.3.1 Sofrer sanção prevista nos incisos [III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.3.2 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#), caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho da **Superintendência de Compras**, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a ALE/RR poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pela ALE/RR, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1 Por razão de interesse público;

7.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no [§ 3º do art. 27 e no § 4º do art. 28 da Resolução Legislativa Nº 004/2025](#).

7.4.4 Havendo cancelamento do registro de preços do fornecedor, com consequente cancelamento da homologação do certame SRP, poderá a Autoridade Competente decidir pelo retorno de fase do pregão com aceitação de propostas, observada a ordem de classificação.

a) haverá nova Ata de Registro de Preços oriunda do procedimento previsto no item 7.4.4;

b) o novo registro de preços estará subordinado ao prazo de duração remanescente, conforme estabelecido na ata originária, e será limitado ao quantitativo do objeto remanescente no momento do cancelamento do registro de preços ao novo beneficiário vencedor do retorno de fases da licitação;

c) os contratos provenientes da Ata de Registro de Preços originária produzirão seus efeitos jurídicos e legais, sejam esses oriundos de órgãos participantes ou oriundos de adesões, cabendo a cada contratante a manutenção ou não do contrato vigente.

8 DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo ALE/RR entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.1.1 O remanejamento somente será feito:

a) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

b) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.1.2. O órgão ou a entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento de que trata o item 8.1.

8.2 Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no [art. 33 da Resolução Legislativa Nº 004/2025](#).

8.3 Para fins do disposto no item **8.1**, competirá a ALE/RR autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, nos casos de remanejamento, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9 DAS PENALIDADES

9.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Item 13 do Edital do respectivo Processo de Contratação.

9.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2 É da competência da ALE/RR a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

10 DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência, ANEXO (I) AO EDITAL**.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas (02) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Boa Vista-RR, _____ de _____ de _____.

Assembleia Legislativa do Estado de Roraima
Superintendente Geral

Pela Empresa

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

Anexo
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

ITEM /LOTE	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)				
X	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
	X	X	X	X	X

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

ITEM /LOTE	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)				
X	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
	X	X	X	X	X

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

ANEXO V
MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS
(ATENÇÃO! SUBSTITUIR ESTA LOGOMARCA PELO TIMBRE DA
EMPRESA)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/202X
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 112/2025
ABERTURA DIA: xx/xx/202X HORÁRIO:xxh:xxmin.

LOTE						
ITEM (ns)	DESCRIÇÃO	Marca/ Modelo	UND.	QTD.	VLR. UNIT. (R\$)	VLR. TOTAL (R\$)
XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX
VALOR TOTAL						R\$ XX

1.0.Observações:

1.1 Prazo de validade da proposta de _____ () dias.

2.0. DECLARAÇÃO

- 2.1.** Declaro expressamente estarem incluídos no preço todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste pregão.
- 2.2.** Os preços dos serviços são de nossa exclusiva responsabilidade e não nos assistirá o direito de pleitear nenhuma alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, na vigência do contrato caso seja firmado;
- 2.3.** Esta Proposta de Preços está em conformidade com o Termo de Referência e demais documentos.

DADOS DA EMPRESA

CNPJ: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Razão Social: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Endereço: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

E-mail: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Telefone(s): (xx) xxxxxx

DADOS BANCÁRIOS:

Banco: xxxxxxxx **Agência:** xxxxxxxx **C/C:** xxxxxxxxxxxxxxxx

REPRESENTANTE LEGAL:

Nome do representante da empresa:

Endereço:xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Cargo/Função:xxxxxxxxxxxxxx

Cidade/UF, _____ de _____ de 202X.

Assinatura do representante legal da empresa

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br